

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO

Cel Cav **CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA**

A Geopolítica Brasileira e seus reflexos na estratégia de desenvolvimento nacional, entre 1964 e 1985



Rio de Janeiro

2019

Cel Cav **CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA**

A Geopolítica Brasileira e seus reflexos na estratégia de desenvolvimento nacional, entre 1964 e 1985

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Política, Estratégia e Administração Militar

Orientador: Cel Art Rfm Paulo Roberto Bueno Costa

Rio de Janeiro

2019

Cel Cav **CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA**

A Geopolítica Brasileira e seus reflexos na estratégia de desenvolvimento nacional, entre 1964 e 1985

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Política, Estratégia e Administração Militar.

Aprovado em _____ de _____ de _____.

COMISSÃO AVALIADORA

PAULO ROBERTO BUENO COSTA – Cel Art Rfm- Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

FERNANDO LUIZ VELASCO GOMES – Cel Art R/1 - 1º Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

WANDERLEY MONTEAGUDO RASGA JÚNIOR – Cel Art R/1 - 2º Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

A Deus, pela saúde e perseverança.

À minha esposa, Adriana, e a meus filhos,
Luiza e Leonardo, pelo incentivo e
inspiração em todos os momentos.

A meus pais e irmãos.

AGRADECIMENTOS

Ao Cel Rfm Paulo Roberto Bueno Costa, meu orientador, pela orientação segura e pela serenidade a mim transmitida durante a elaboração do presente trabalho.

RESUMO

O Movimento Democrático de 31 de março de 1964 promoveu uma brusca mudança na condução político-administrativa do Brasil. O fato inaugurou o período conhecido como dos “Governos Militares”. Entre 1964 e 1985, cinco militares, oficiais generais do Exército Brasileiro, sucederam-se na presidência do Brasil, por meio de eleições indiretas, realizadas no Congresso Nacional, conforme a regra então vigente. Os 20 anos que se sucederam ficaram marcados na História do Brasil como uma fase de enormes avanços em todas as áreas da administração federal. Amplas reformas administrativas, aplicação de estratégias definidas e coordenadas, aliadas a rigoroso controle na execução, possibilitaram o crescimento da economia a níveis nunca antes atingidos e que, até os dias atuais, jamais foram alcançados. O presente trabalho se propõe a evidenciar a influência da Geopolítica, principalmente da Escola Geopolítica Brasileira, no estabelecimento e consecução de estratégias de desenvolvimento utilizadas pelos Governos Militares. Nesse sentido, busca-se visualizar as linhas mestras do pensamento geopolítico de três dos mais influentes geopolíticos brasileiros, Mário Travassos, Golbery do Couto e Silva e Carlos de Meira Mattos. Em seguida, é realizada uma reflexão, evidenciando os traços da Escola Geopolítica Brasileira identificados na forma de administração, bem como nas estratégias adotadas pelos presidentes militares, tanto nas questões internas, quanto na Política Externa.

Palavras-chave: Governos Militares; Geopolítica; Estratégia; Desenvolvimento.

RESUMEN

El Movimiento Democrático del 31 de marzo del 1964 trajo un cambio repentino en la conducción de la política y en la administración de Brasil. El hecho empezó el período conocido como de los “Gobiernos Militares”. Desde el 1964 hasta el 1985, cinco militares, oficiales generales del Ejército Brasileño, se sucedieron en la presidencia de Brasil, relievándose por elecciones indirectas, en el Congreso Nacional, acuerde a la regla de aquél entonces. Los 20 años que se sucedieron se quedaron marcados en la Historia de Brasil como un tiempo de enormes avances en todas las áreas de la administración federal. Amplias reformas administrativas, aplicación de estrategias definidas y coordinadas, aliadas a estricto control en la ejecución, lograron el crecimiento de la economía a niveles nunca antes atingidos y que, hasta hoydía, jamás han sido alcanzados. El presente trabajo se propone a evidenciar la influencia de la Geopolítica, principalmente de la Escuela Geopolítica Brasileña, en el establecimiento y la consecución de estrategias de desarrollo utilizadas por los Gobiernos Militares. En este sentido, se busca visualizar los hilos conductores del pensamiento geopolítico de tres de los más influyentes geopolíticos brasileños, Mário Travassos, Golbery do Couto e Silva y Carlos de Meira Mattos. En continuación, se hace una reflexión, poniendo en evidencia los trazos de la Escuela Geopolítica Brasileña identificados en la forma de administración, así también en las estrategias adoptadas por los presidentes militares, tanto en las cuestiones internas, como en la Política Externa.

Palavras-clave: Gobiernos Militares; Geopolítica; Estrategia; Desarrollo.

LISTA DE ABREVIATURAS

AMAN	Academia Militar das Agulhas Negras
ALADI	Associação Latino-Americana de Integração
EMBRAER	Empresa Brasileira de Aeronáutica
EUA	Estados Unidos da América
ESG	Escola Superior de Guerra
FEB	Força Expedicionária Brasileira
GM	Guerra Mundial
INFRAERO	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
ITA	Instituto Tecnológico da Aeronáutica
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
SNI	Serviço Nacional de INformações
TCU	Tribunal de Contas da União
TKU	Tonelada Quilômetro Útil
TNP	Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	PROBLEMA	12
1.2	OBJETIVO	12
1.2.1	Objetivo Geral	12
1.2.2	Objetivos Específicos	13
1.3	REFERENCIAL TEÓRICO	13
2	GEOPOLÍTICA	14
2.1	GENERALIDADES	16
2.2	A ESCOLA GEOPOLÍTICA BRASILEIRA	16
3	MÁRIO TRAVASSOS	19
3.1	DADOS BIOGRÁFICOS	19
3.2	O PENSAMENTO GEOPOLÍTICO DE TRAVASSOS	19
3.2.1	A divisão da América do Sul	20
3.2.2	O fator de atração da Argentina	21
3.2.3	O “<i>Heartland</i>” da América do Sul	22
3.2.4	O Uruguai	23
3.2.5	A região do Mato Grosso	24
3.2.6	Um Plano Viário para o Brasil	25
3.2.7	A Transcontinentalidade	26
4	GOLBERY DO COUTO E SILVA	29
4.1	DADOS BIOGRÁFICOS	29

4.2	O PENSAMENTO GEOPOLÍTICO DE GOLBERY	30
4.2.1	O ambiente e sua obra	30
4.2.2	A concepção geopolítica do Brasil	31
4.2.3	A Política Externa	33
5	CARLOS DE MEIRA MATTOS	36
5.1	DADOS BIOGRÁFICOS	36
5.2	O PENSAMENTO GEOPOLÍTICO DE MEIRA MATTOS	37
5.2.1	A Amazônia	38
5.2.2	O Brasil potência	40
6	A INFLUÊNCIA DA GEOPOLÍTICA NOS GOVERNOS MILITARES	43
6.1	INFRAESTRUTURA	44
6.1.1	Infraestrutura de Transportes	47
6.1.2	Infraestrutura Energética	51
6.2	POLÍTICA EXTERNA	53
6.2.1	Governo Castelo Branco	54
6.2.2	Governo Costa e Silva	56
6.2.3	Governo Médici	57
6.2.4	Governo Geisel	60
6.2.5	Governo Figueiredo	62
6.2.6	Em resumo	64
7	CONCLUSÃO	66
	REFERÊNCIAS	68

1 INTRODUÇÃO

O Brasil apresenta-se ao Século XXI ainda como uma potência adormecida. Sua enorme extensão territorial, aliada a uma infinidade de recursos naturais, bem como sua invejável posição estratégica (dominando o estreito sul do Oceano Atlântico), parecem ainda não terem sido suficientes para alavancar ao Brasil à posição merecida no concerto das nações.

A inserção brasileira no grande xadrez mundial tem se mostrado errante. Particularmente com o fim dos chamados governos militares e a chamada “redemocratização”, pôde-se perceber uma “não programação” nas estratégias de desenvolvimento do Brasil. A percepção da falta de uma orientação geopolítica a nortear tais estratégias de desenvolvimento do País pode ser apontada como uma das amarras a segurar o “gigante adormecido”.

O presente trabalho tem por finalidade apresentar argumentos que sustentem a percepção de que, por outro lado, no período de 1964 a 1985, durante os chamados “Governos Militares”¹, as ideias de importantes geopolíticos brasileiros eram contempladas na definição de políticas e formulação das sucessivas estratégias de desenvolvimento nacionais.

Nesse sentido, serão revisitadas obras de importantes pensadores geopolíticos brasileiros, bem como sua aplicação nas decisões de governo, por meio do estabelecimento de estratégias que tomaram corpo, seja na construção de obras de infraestrutura, seja nas políticas de aproximação com países que conformam o chamado Entorno Estratégico do Brasil.

¹ 1964 – 1967 – Humberto de Alencar Castelo Branco
1967 – 1969 – Arthur Costa e Silva
1969 – 1974 – Emílio Garrastazu Médici
1974 – 1979 – Ernesto Geisel
1979 – 1985 – João Baptista de Oliveira Figueiredo

1.1 PROBLEMA

O período de 1964 a 1985, também chamado de Governos Militares, foi caracterizado por importantes avanços do Brasil. Foi a época do “Milagre Econômico”, quando o Brasil passou a ocupar o posto de 8ª maior economia mundial, ao mesmo tempo em que grandes obras de infraestrutura delimitaram o que viria a tornar-se a espinha dorsal do Brasil, tal qual a conhecemos hoje.

No mesmo período, o Brasil buscou aproximação com alguns países do Entorno Estratégico, além de outros de interesse. Dessa forma, as Relações Internacionais do País, à época, foram delimitadas segundo um eixo estruturante.

O presente trabalho de conclusão de curso será desenvolvido em torno do seguinte problema: À luz do estudo da obra dos principais geopolíticos brasileiros, pode-se inferir que os governos militares obedeceram a uma lógica advinda do estudo geopolítico na definição e condução dos rumos do País?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Estabelecer uma relação entre o pensamento dos principais geopolíticos brasileiros e as estratégias de desenvolvimento adotadas durante o período de 1964 a 1985.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) apresentar as ideias propostas pelos principais geopolíticos brasileiros;
- b) apresentar as realizações dos governos militares que tiveram relação de causalidade com a Geopolítica;
- c) identificar os movimentos de aproximação diplomática realizados pelo Brasil durante os governos militares, que tiveram relação com a Geopolítica;
- d) verificar a pertinência de uma relação entre a Geopolítica Brasileira a as estratégias de desenvolvimento adotadas durante os governos militares;

1.3 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico do presente trabalho será composto, basicamente, das principais obras dos geopolíticos incluídos no estudo. Nesse sentido, serão percorridas obras como: A Projeção Continental do Brasil, de Mário Travassos; Planejamento Estratégico, de Golbery do Couto e Silva; e Geopolítica e Trópicos, de Carlos de Meira Mattos, entre outras.

Além destes, serão revisitados artigos, teses e outras fontes consideradas de interesse para o trabalho.

2 GEOPOLÍTICA

Ultimamente, o termo Geopolítica tem voltado à pauta da mídia nacional e internacional, em todas as suas formas de apresentação. Acontecimentos como: a tomada da Península da Crimeia, pela Rússia, em 2014; a realização de testes de mísseis balísticos, pela Coreia do Norte, desde 2014; a formação do chamado “Colar de Pérolas”², pela China, desde 2009; e, mais recentemente, a crise política e econômica da Venezuela (que atraiu, a partir de 2018, para o subcontinente Sul-Americano a disputa entre Estados Unidos da América - EUA, China e Rússia) trouxeram à luz preocupações quanto às “consequências geopolíticas” de tais acontecimentos.

Dessa forma, a Geopolítica voltou a ter a notoriedade perdida com o fim da Guerra Fria.

Não é objetivo do presente trabalho promover o estudo aprofundado da Geopolítica como ciência. No entanto, a fim de permitir a melhor compreensão das linhas de pensamento aqui utilizadas, é necessário um mínimo de familiarização com o tema. Nesse sentido, será apresentado um breve resumo sobre a Geopolítica, de forma a familiarizar o leitor ao tema.

2.1 GENERALIDADES

Não há unanimidade entre os diversos autores que se dedicam ao assunto. De modo geral, é aceita a ideia segundo a qual o termo “Geopolítica” foi utilizado em primeira mão pelo cientista político sueco Rudolph Kjellen. Segundo Kjellen, “Geopolítica é o ramo da Política que estuda o Estado como organismo geográfico, ou como fenômeno de espaço, portanto como País, território e domínio.” (MAFRA, 1998, p. 03)”

² Série de bases militares chinesas posicionados entre o Mar da Arábia e o Mar do Sul da China, de modo a dominar os estreitos e rotas de comércio internacional, localizados na região.

Nas palavras do General Carlos de Meira Mattos, “Geopolítica é a arte de aplicar a Política aos espaços geográficos. Geografia é destino.” (MAFRA, 1998, p. 03)

Outro eminente estudioso da Geopolítica Brasileira, o professor Everardo Backheuser, define Geopolítica como sendo “a Política feita em decorrência das condições geográficas.” (MAFRA, 1998, p. 03)

De outra forma, o General Golbery do Couto e Silva assim define Geopolítica: “a Geopolítica nada mais é que a fundamentação geográfica de linhas de ação políticas, quando não, por iniciativa, a proposição de diretrizes políticas formuladas à luz dos fatores geográficos.” (MAFRA, 1998, p. 03)

Portanto, independente da forma como se conceitue Geopolítica, pode-se verificar que o termo remete ao estudo da relação intrínseca existente entre os aspectos físicos de um determinado país (sua geografia), a influência desta geografia no seu desenvolvimento (ou seja, sua história) e a forma como esses dois aspectos (geografia e história) continuam a influenciar as dinâmicas políticas do país em questão (sua política). Nesse sentido, é possível entender a Geopolítica como a interação entre a Geografia e a História, como aspectos que exercem influência capital no desenvolvimento e na Política de um país.

Em um contexto mais abrangente, verifica-se que a Geopolítica tem sido o pano de fundo da própria conformação do mundo. Quando se observa a realidade atual segundo o prisma da História, não é demais afirmar que as ideias e as práticas de importantes geopolíticos (sendo estes intelectuais, políticos ou dirigentes governamentais) tiveram profunda influência nas instituições de pesquisa e nos estamentos governamentais das mais importantes nações do globo, desde o advento do Estado Nação, após a Paz de Westfália³, em 1648.

³ Conjunto de tratados assinados em 1648, na cidade de Westfália (atual Alemanha) que pôs fim à Guerra dos 30 Anos e inaugurou o conceito de Estado Nação.

2.2 A ESCOLA GEOPOLÍTICA BRASILEIRA

Como entendimento geral, admite-se que um país tenha uma “Escola Geopolítica” quando uma doutrina geopolítica é ensinada por professores, recebida e discutida por alunos, os quais, mais tarde, irão ampliar o nível de conhecimento existente. Outra condição amplamente aceita, diz respeito à influência que uma corrente de pensamento possa exercer sobre ações e políticas de governo. Portanto, pode-se inferir que o Brasil possui o que se pode chamar de uma Escola Geopolítica Brasileira.

Ainda no intuito de familiarizar o leitor ao tema, mais especificamente à abordagem nacional da Geopolítica, cumpre salientar que os autores objeto deste trabalho não surgiram de forma estanque. Cada um deles, a seu tempo, sofreu influência de autores anteriores e do momento histórico ao qual estava submetido. De maneira análoga, pode-se inferir que foram influenciadores daqueles que os sucederam.

Nesse sentido, será realizada uma abordagem sumária da Escola Geopolítica Brasileira, da qual efluíram os autores objeto deste trabalho.

No que se refere à Escola Geopolítica Brasileira, segundo Miyamoto (1995, apud FREITAS, 2004, p.16), verifica-se que a mesma pode ser dividida cronologicamente em cinco fases.

A primeira situa-se entre os anos de 1920 e 1930, com nomes como: Elyseo de Carvalho, Everardo Backheuser, Delgado de Carvalho, Mário Travassos e Paula Cidade. É a fase dos estudos pioneiros da Geopolítica, marcada pela inter-relação entre o traço determinista⁴, que valorizava a grandeza e o valor do espaço geográfico do próprio Brasil, e o possibilismo⁵, o qual dava proeminência aos fatores povo, Estado, posição e fronteiras.

⁴ Da “Escola Determinista” – escola geopolítica segundo a qual o ambiente físico exerceria influência determinante na atividade humana.

⁵ Da “Escola Possibilista” – escola geopolítica segundo a qual o ambiente físico não determinaria a atividade humana, mas sim apresentaria possibilidades ao homem.

A segunda fase desenvolveu-se sob o signo da Segunda Guerra Mundial. Nela se destacaram nomes como: Raja Gabaglia, Teixeira de Freitas, Lysias Rodrigues, Canabarro Reichardt e Leopoldo Nery da Fonseca.

O surgimento da Escola Superior de Guerra marca a terceira fase. Caracterizada pela produção doutrinária, esta fase notabilizou nomes como Golbery do Couto e Silva, João Baptista de Magalhães, Waldir Godolphim, Octávio Tosta e Aurélio Lyra Tavares.

A quarta fase tem início com a Revolução Democrática de 31 de março de 1964. Naquele contexto, autores como Therezinha de Castro, Carlos de Meira Mattos e Paulo Henrique da Rocha Correia procuravam demonstrar a franca ascensão do País para a condição de potência.

Os anos compreendidos entre 1980 e 1990 deram vazão à quinta fase da evolução do pensamento geopolítico brasileiro. A abertura democrática e a globalização nascente deram o tom dessa fase, a qual, diferentemente das anteriores, não se caracterizou por novos nomes de relevância, mas sim pela produção acadêmica e afirmação dos “autores tradicionais”, trazendo a ciência Geopolítica à condição de atenção necessária.

Assim, a escolha de Mário Travassos, Carlos de Meira Mattos e Golbery do Couto e Silva tem por objetivo fornecer ao leitor um panorama do pensamento geopolítico brasileiro. A referida lista apresenta, ainda, a condição de ter se prolongado no tempo, haja vista que a relevância de cada um dos autores citados obedeceu a uma sucessão cronológica no contexto da Escola Geopolítica Brasileira.

Há um reconhecimento entre vários estudiosos da evolução da Geopolítica Brasileira no sentido de apontar Mário Travassos como o autor de maior influência entre os militares que se dedicaram à Geopolítica. Seu livro “Projeção Continental do Brasil” pode ser apontado como a síntese do pensamento geopolítico brasileiro, sendo grande inspiração para os outros dois autores focos do presente trabalho: Golbery do Couto e Silva e Carlos de Meira Mattos.

Ainda com intuito de obter melhor compreensão a respeito do caso brasileiro, cumpre salientar que houve uma preponderância institucional e intelectual dos meios

militares, no que diz respeito ao desenvolvimento dos estudos geopolíticos. O desenvolvimento da geopolítica, em nosso País, ocorreu à margem do ambiente intelectual civil.

Porém, tal assertiva não implica em uma ação positiva dos militares nesse sentido. Pode-se dizer que se tratou de um caso de exclusão mútua. A exemplo do que ocorria em outras partes do mundo (como Europa e Estados Unidos da América), a intelectualidade acadêmica preferia manter “prudente distância” da Geopolítica, em face do que se consideravam desvios éticos, científicos e mesmo morais dessa ciência, com base no ocorrido durante a Segunda Guerra Mundial⁶.

A bibliografia sobre a geopolítica brasileira é extremamente fecunda, tanto quantitativa como qualitativamente, ao contrário do que é corrente pensar-se, e praticamente desconhecida no meio acadêmico, que nutre, em relação a ela, um preconceito que perdura desde a década de 1940. Uma rápida olhada na literatura existente servirá para constatar a pouca participação de cientistas políticos na elaboração e análise de estudos geopolíticos. Isto eventualmente poderia ser explicado pela imediata associação que se faz entre geopolítica e a política do Nacional-Socialismo vigente na Alemanha do III Reich. A teoria do espaço vital e o expansionismo adotado por Hitler serviram de pretexto para que os cientistas políticos nacionais se fechassem em uma redoma, onde o estudo da geopolítica foi excluído, e seus estudiosos vistos com desconfiança. (MIYAMOTO, 1981, p. 78)

Ainda assim, em reconhecimento ao embasamento científico apresentado pelos três autores já citados, é mister reconhecer que trata-se de Geopolítica com profundas raízes acadêmicas, a qual teve sua face pragmática e instrumental aplicada, seja pela influência dos militares nos governos civis, seja nos governos militares que se instalaram. Esse foi o caso observado no Brasil.

⁶ Muitos autores imputam à teorias geopolíticas da Escola Determinista o embasamento científico que teria sido utilizado em políticas de supremacia racial, como as utilizadas pelos nazistas na II GM

3 MÁRIO TRAVASSOS

3.1 DADOS BIOGRÁFICOS

Nascido em janeiro de 1891, na cidade do Rio de Janeiro, Mário Travassos foi militar destacado, atingindo o posto mais alto da carreira, qual seja, o de General de Exército, sendo promovido a Marechal após sua passagem para a reserva.

Como militar da ativa, participou da Campanha do Contestado⁷, ainda como 2º Tenente, e da II Guerra Mundial, já como General de Brigada. Teve atuação destacada também na área do ensino militar, sendo um dos idealizadores da Academia Militar das Agulhas Negras – AMAN - e, mais tarde, seu primeiro Comandante.

Paralelamente à sua carreira militar, Mário Travassos dedicou-se à produção literária. Foi integrante do Jornal do Brasil durante muitos anos, sendo também colaborador de publicações como Defesa Nacional e O Estado de São Paulo.

No que tange à Geopolítica, prestou valiosa contribuição, com obras como Aspectos Geográficos Sul-Americanos (1931), Projeção Continental do Brasil (1933) e Introdução à Geografia das Comunicações Brasileiras (1942).

3.2 O PENSAMENTO GEOPOLÍTICO DE TRAVASSOS

Mário Travassos baseava seus estudos em postulados consagrados pela Geopolítica clássica. Entre estes, o geopolítico brasileiro citava a busca dos estados por várias saídas para o mar, se possível, mares diferentes, e a tendência dos

⁷ Guerra do Contestado – disputa militar entre o Estado e camponeses, iniciada em 1912, pela posse da região do Contestado, localizada entre Paraná e Santa Catarina.

estados em buscar o domínio de bacias hidrográficas, ou seja, o controle desde a nascente à foz.

Outro traço que se pode observar em sua obra é a não aceitação do determinismo geográfico. Segundo Travassos, a evolução tecnológica já havia disponibilizado meios suficientes à ação do homem, de forma a equilibrar a força dos fatores puramente geográficos. Não obstante essa afirmação, o autor entendia que, mesmo amparado em evoluções tecnológicas cada dia mais eficazes, o homem não poderia prescindir de consultar os fatores geográficos, de forma a obter o maior rendimento possível às suas obras, ao aliá-las às condições geográficas mais favoráveis.

3.2.1 A divisão da América do Sul

Mário Travassos apresentava uma percepção de divisão física da América do Sul. O continente estaria dividido em dois antagonismos: “Atlântico versus Pacífico” e “Prata versus Amazonas”. Tal divisão física teria uma influência preponderante nas relações entre os países.

Segundo sua ótica, a América do Sul está dividida pela Cordilheira dos Andes, que se constitui no grande divisor de águas no sentido longitudinal, separando o continente em duas vertentes, a do Atlântico e a do Pacífico. De forma análoga, por suas características de relevo, o Continente está dividido no sentido Norte-Sul entre dois polos antagônicos, ou seja, as duas bacias hidrográficas, Bacia Amazônica e Bacia do Prata, ambas correndo para o Atlântico.

Esses antagonismos se manifestam segundo diversa amplitude:

- um, abrangendo todo o continente, em suas causas como em seus efeitos – traduz-se pela oposição das duas vertentes continentais, a do Atlântico e a do Pacífico;
- outro, interessado diretamente a vertente atlântica – é a oposição das duas grandes bacias que se engravam nela, a do Amazonas e a do Prata, e podem ser facilmente constatados ao mais breve relance sobre uma carta geográfica da América do Sul. (TRAVASSOS, 1935, p. 05)

A porção mais setentrional do Continente é dominada pela Bacia Amazônica, que apresenta direção geral de drenagem para o Norte. Seus rios mais proeminentes apresentam seu curso médio e inferior situados em terras brasileiras, aí incluídas a foz desses rios, inclusive o próprio Rio Amazonas. Dessa forma, o Brasil apresenta preponderância em relação ao polo antagônico setentrional, ou seja, a Bacia Amazônica.

Por outro lado, a porção meridional do continente é drenada pela Bacia do Prata, a qual flui para o Sul. Ainda que as cabeceiras de grande parte de seus principais rios esteja no Brasil, a comunicação da Bacia do Prata com o Oceano Atlântico é completamente dominada pela capital Argentina, Buenos Aires, localizada às margens do próprio Rio da Prata.

3.2.2 O fator de atração da Argentina

Mário Travassos dedicava especial atenção à posição privilegiada da capital argentina. Por sua localização, Buenos Aires domina o estuário do Rio da Prata e, conseqüentemente toda a Bacia de mesmo nome. Segundo Travassos, tal posição daria à cidade portenha uma facilidade de ligação com as demais capitais dos países vizinhos (Santiago, La Paz e Assunção⁸). Dessa forma, a Argentina estaria em vantagem, quanto à atração dos demais países que formam o cone sul do Continente Americano para sua zona de influência.

Travassos percebia uma notável visão de Estado, quando se referia às ligações existentes no território argentino. Em sua ótica, a rede viária existente na Argentina se constituía em um verdadeiro sistema de forças, dotado de extensão e equilíbrio, traduzindo uma ação coordenadora do Estado sobre os fatores humanos e geográficos.

Tal sistema viário se reveste de sentido fortemente concêntrico e expansionista. Apresenta ligações ferroviárias com as capitais limítrofes, Assunção,

⁸ Respectivamente, capitais de Chile, Bolívia e Paraguai.

Santiago e La Paz. Some-se a tal situação a condição mediterrânea de Bolívia e Paraguai para admitir a validade das percepções de Travassos.

3.2.3 O “*Heartland*”⁹ da América do Sul

Por outro lado, a porção central da América do Sul, conformada pela Bolívia (particularmente o triângulo formado pelas cidades de Cochabamba, Santa Cruz de La Sierra e Sucre) e os estados brasileiros do Mato Grosso e o atual Mato Grosso do Sul, apresenta também um enorme potencial geopolítico. A localização deste bloco em relação ao Continente, aliada à sua natural facilidade de comunicação com os dois grandes polos antagônicos (Bacia Amazônica e do Prata) colocaria essa região em situação privilegiada.

Segundo Mário Travassos, essa região poderia atuar como um polo gerador de influência, tanto para a vertente do Pacífico, via Bolívia, quanto para a vertente Atlântico, por intermédio dos dois estados brasileiros, já nominados. O domínio dessa região, em contraposição à já citada vantagem argentina, seria de fundamental importância para o Brasil.

Como forma de possibilitar essa influência, Mário Travassos postulou a construção de ferrovias integrando o citado triângulo central da América do Sul aos portos brasileiros de Santos - SP, Paranaguá - PR, São Francisco - SC, Porto Alegre - RS e Rio Grande - RS.

Em relação ao já citado polo econômico formado por Cochabamba, Santa Cruz de la Sierra e Sucre, Travassos propugnava a ideia de que Santa Cruz de la Sierra seria o verdadeiro centro de gravidade da economia do planalto boliviano. A intensa atividade econômica da cidade seria potencializada com a melhoria de suas conexões, como, por exemplo, sua ligação com a estrada de ferro Madeira-Mamoré¹⁰.

⁹ Analogia ao Heartland eurasiático (grande porção de terra, que seria o centro do mundo).

¹⁰ Ferrovia que liga as cidades de Porto Velho e Guajará-Mirim, no atual estado de Rondônia.

Uma vez estabelecida essa rede de conexões, aí incluídas as vias de comunicações amazônicas, as facilidades apresentadas pela Bacia Amazônica seriam suficientes para suplantar as vantagens do que Travassos chamou de “artificialismo da atração ferroviária platina” TRAVASSOS (1935, p. 25).

Sobre a mediterraneidade¹¹ da Bolívia, Travassos inferiu que o país oscilava entre as vertentes atlântica e pacífica, tanto quanto entre as bacias do Prata e Amazônica. Dessa forma, à Bolívia coube aceitar a imposição dos trilhos argentinos, ainda que sua intenção fosse ter um porto de correspondência mais direta com seu planalto central, como o Porto de Santos ou o Porto de São Francisco. Isso, enquanto não recupera sua saída para o mar, a qual foi perdida na Guerra do Pacífico¹², e que, ainda hoje, permanece como um objetivo nacional a ser atingido.

Travassos percebia neste jogo de influências argentinas e brasileiras sobre a Bolívia uma possível causa futura de crises, que poderiam, inclusive, evoluir para um conflito entre as duas maiores potências continentais (à época), com consequências para toda a América do Sul.

Nesse ponto, fica patente a preocupação de caráter estratégico-militar creditada à região. Tal preocupação se justifica em virtude dos nós rodoferroviários situados na Bolívia, por onde seriam movimentadas forças militares, bem como os respectivos suportes logísticos, no caso de uma conflagração militar, seja entre contendores do próprio continente, seja no caso de potência extra regional.

3.2.4 O Uruguai

Em relação ao nosso vizinho mais ao Sul, o Uruguai, Travassos apresentava uma interpretação do que seria uma “sobreposição” das influências brasileira e argentina. Em território uruguaio, tais influências coexistiam, emanadas do Sul e do

¹¹ Condição geográfica de um país, sem acesso direto ao mar.

¹² Conflito ocorrido entre 1879 e 1883, entre Chile e a coligação de Perú e Bolívia.

Norte. A visualização de seu ponto de contato seria a faixa do terreno balizada pela calha do Rio Negro.

Neste caso, um sentido mais amplo de integração e cooperação seria naturalmente atingido. A construção de ramais ferroviários no Uruguai, os quais eram projetados de modo a potencializar a influência argentina (mesma bitola) inicialmente poderia indicar uma vantagem de atração daquele País. Porém, a construção da ponte sobre o Rio Jaguarão produziu o que Travassos definiu como um “contragolpe”, pois fez com que essa mesma rede ferroviária viesse a projetar a influência brasileira em direção ao Rio da Prata.

3.2.5 A região do Mato Grosso

Referente à região do então estado do Mato Grosso (atual Mato Grosso e Mato Grosso do Sul), Travassos afirmava com grande veemência a sua importância geopolítica. O autor via o triângulo formado pelas cidades de Campo Grande – Ponta-Porã – Corumbá como um provável polo exportador de influência.

Tal desenvolvimento seria impulsionado pela construção de estradas locais, as quais passaram a oferecer opções de interligação com as ferrovias e hidrovias já existentes. Travassos visualizou na construção da ligação entre Ponta-Porã e Porto Murtinho e também nas duas roçadas transversais, entre Ponta-Porã e Campo Grande e entre Bela Vista e Miranda, a tradução desta vocação em realidade próxima.

Dessa forma, toda a força desenvolvimentista do oeste paulista iria naturalmente “invadir” os campos do então Mato Grosso, tornando palpável o importante papel geopolítico destinado ao já citado triângulo Campo Grande – Ponta-Porã – Corumbá. Cumpre ressaltar que tal papel não se restringiria ao campo econômico. Devido aos problemas internacionais que a cercam, estaria reservado àquela região um protagonismo também nas expressões política e militar.

3.2.6 Um plano viário para o Brasil

Em relação às ligações internas do Brasil, Travassos foi incansável defensor da interiorização política, econômica e demográfica. Em sua visão, o Brasil é formado por duas grandes regiões naturais, o Brasil Amazônico e o Brasil Platino, as quais chegam a configurar dois “brasis” distintos.

Os citados “brasis” seriam prolongamentos naturais de um grande maciço central que repousa sobre o centro geográfico do continente. Assim sendo, ao Brasil não faltaria unidade geográfica, mas sim a tradução política dessa unidade em ações estruturantes. Uma vez conquistado tal objetivo, todas as controvérsias a respeito desta continuidade geopolítica cessariam.

Em sua obra, Travassos conduz estudos sobre as estruturas já existentes (à época) e as necessárias para a interligação do Brasil. Apresenta conexões possíveis entre as grandes bacias hidrográficas e a estrutura de transportes existente. Um plano de ligações no Brasil deveria contemplar todos os modais possíveis e, mais que isso, haveria a necessidade de uma visão holística que interligasse as potencialidades de instalação e interligação entre os diferentes modais.

Ao nosso ver essa é lição de primeira ordem. Quer parecer-nos que, ao invés de planos separados de comunicações marítimas, terrestres, fluviais, aéreas, etc., deveríamos ter um plano conjunto, jogando com as possibilidades que nos oferecem todos os meios de transportes proporcionados pela indústria moderna. (TRAVASSOS, 1935, p. 115)

Nesse sentido, todos os esforços devem ser envidados para que o Brasil possa livrar-se de más decisões anteriores. Para Travassos, as circulações existentes à época deixavam a desejar quanto à real eficácia de seus traçados, conexões e mesmo quanto aos modais utilizados. Em sua observação, muito havia para se fazer, no sentido de dar ao Brasil uma linha mestra que viesse a orientar as futuras realizações no que tange às comunicações regionais e nacionais.

Mesmo diante de sua preocupação em não procurar por culpados, Travassos apontou para uma descontinuidade do sistema existente no nosso País. Segundo ele, os problemas seriam fruto de diversas causas, tanto de caráter psicológico,

quanto as derivadas de diferenças culturais entre as regiões. De qualquer forma, o pecado capital seria a não existência de um documento base, de nível político, que servisse como uma bússola a orientar e conectar as obras futuras.

De fato, nas impropriedades de nossas comunicações, entre outras causas de caráter psicológico tais como as injunções regionais e as prejudicadas unilaterais, cumpre ressaltar a ausência de um arcabouço ao qual deveriam referir-se todas as cogitações.

Esse arcabouço outra coisa não seria que o plano de comunicações, calcado nas linhas naturais ou geográficas de circulação do próprio território e contendo as adaptações ou variantes que as possibilidades humanas põem hoje a serviço dos homens de Estado para a consecução das finalidades políticas das coletividades que dirigem. (TRAVASSOS, 1935, p. 166)

3.2.7 A Transcontinentalidade

Outro exemplo da visão prospectiva de Mário Travassos são suas reflexões a respeito das chamadas transcontinentais. Para ele, o estabelecimento de ligações terrestres entre o Atlântico e o Pacífico era uma questão de vital importância.

Ao estabelecer tais ligações, o Brasil estaria proporcionando uma condição de “transcontinentalidade” à América do Sul, com vantagens comparáveis às grandes ligações transcontinentais existentes nos EUA. Uma rede de conexões dessa magnitude traria nova dimensão às ligações existentes entre o Atlântico e o Pacífico, até então possíveis somente através do Estreito de Magalhães¹³, no extremo Sul do continente, ou do Canal do Panamá¹⁴.

A supracitada “transcontinentalidade”, uma vez alcançada, traria também um maior equilíbrio entre as vertentes do Atlântico e do Pacífico. Segundo Travassos, há uma preponderância natural do Atlântico em relação ao Pacífico, tendo em vista a facilidade de ligação com Europa.

¹³ Passagem navegável de aproximadamente 600 Km, ao Sul da América do Sul, que une os oceanos Atlântico e Pacífico.

¹⁴ Canal artificial, com 77 Km de extensão, localizado no Panamá, que une os oceanos Atlântico e Pacífico.

À época, o comércio com a Ásia não era forte. Por essa razão, os países da vertente do Pacífico buscariam a ligação com a Europa, via Atlântico e, portanto, utilizando-se das vias de comunicação que obrigatoriamente passariam por território brasileiro, tanto ao Sul (via corredores de exportação), quanto ao Norte (via Rio Amazonas).

Nesse sentido, suas conclusões apontam para diferentes possibilidades, as quais poderiam ser agrupadas em dois grandes blocos: as ligações no sentido longitudinal (dos meridianos), que atenderiam a tendências políticas; e as ligações estabelecidas nos sentido transversal (dos paralelos), que responderiam ao chamado das tendências econômicas.

Para Travassos, no estabelecimento das prioridades, as tendências econômicas seriam preponderantes. Dessa forma, as ligações transversais viriam antes, ainda que esse sentido de conexão trouxesse consigo a obrigação de uma conexão, além de transcontinental, também transnacional, com todas as implicações inerentes a tal condição.

Com efeito, as ligações transversais representam a possibilidade de saídas no Atlântico para quatro países andinos (Chile, Peru, Equador, Colômbia) e para dois países mediterrâneos (Bolívia, Paraguai). Considerando o predomínio indiscutível do Atlântico sobre o Pacífico, restam evidentes os chamamentos econômicos que provocarão, em primeira urgência, as transcontinentais desse gênero. (TRAVASSOS, 1935, p. 192)

Ao Norte, a possibilidade de conexão transcontinental seria balizada pelo Rio Amazonas, que atenderia aos interesses de Bolívia, Peru e Equador, além da Colômbia. Ao Sul, as possibilidades estariam relacionadas aos portos existentes na costa brasileira entre Santos e Florianópolis, atendendo aos interesses de Bolívia, Paraguai, Chile e Peru.

Ainda em relação às possibilidades da Bacia Amazônica, Travassos já antevia que a própria utilização do Canal do Panamá seria estrangulada pela demanda crescente. Nesse sentido, o aproveitamento dos grandes rios amazônicos e a conexão destes rios com as regiões de passagem andinas se encarregariam de tornar viável uma rota transcontinental, da foz do Amazonas aos portos do Pacífico.

Em seu trabalho, pode-se notar, ainda, a especial atenção dedicada ao estado de Mato Grosso (atualmente Mato Grosso e Mato Grosso do Sul) na questão da transcontinentalidade. O autor salienta que esta região do Brasil faz fronteira com Paraguai e Bolívia, ambos mediterrâneos.

Por essa razão, a região que hoje compreende os dois estados já citados apresenta-se como a plataforma natural de onde partiriam as possibilidades de conexão, de Paraguai e de Bolívia, com o Atlântico. Para o Paraguai, a ligação correria para o Sul, via Bacia do Prata. No caso da Bolívia, apresentam-se simultaneamente as duas opções: ao Sul, via Bacia do Prata, e ao Norte, via Bacia Amazônica.

Dessa forma, Travassos enfatiza a importância de que o Governo Brasileiro incentive e apoie qualquer iniciativa que tenha por objetivo a viação à vocação transcontinental do País. Assim, o Brasil estaria cumprindo seu destino geopolítico.

4 GOLBERY DO COUTO E SILVA

4.1 DADOS BIOGRÁFICOS

Nascido em Rio Grande – RS, em 1911, Golbery do Couto e Silva foi um dos mais influentes geopolíticos brasileiros.

Ingressou no Exército na Escola Militar do Realengo, onde se formou no ano de 1930, como primeiro colocado de sua turma. Coursou a Escola de Comando e Estado Maior do Exército ainda como Capitão. Na ativa, chegou ao posto de Coronel. Precedendo sua participação na II Guerra Mundial, frequentou um estágio em Fort Leavenworth, nos EUA. Concluído o estágio, seguiu para os campos da Itália, para desempenhar a função de Oficial de Informações da Força Expedicionária Brasileira - FEB.

Já como Tenente-Coronel, foi classificado na Escola Superior de Guerra, onde iniciou o desenvolvimento de uma série de teses na área da Geopolítica e do Planejamento Estratégico, versando sobre a realidade da época e as perspectivas para o Brasil. A partir deste momento, não mais se afastaria das lides da Geopolítica e mesmo da Política Nacional.

Golbery foi o autor do documento intitulado “Manifesto dos Coronéis”. Tal documento, dirigido ao então Ministro da Guerra, General Ciro do Espírito Santo Cardoso, tecia diversas críticas à política de governo levada a cabo pelo Presidente Getúlio Vargas.

Ainda enfocando a constante participação política de Golbery, cumpre destacar que o mesmo tomou parte no movimento que questionava a tomada de posse pelos eleitos em 1955, Juscelino Kubitschek e João Goulart. O episódio culminou com a intervenção do próprio General Lott, então Ministro da Guerra, custando a Golbery uma punição disciplinar.

Golbery foi também um dos autores do manifesto que listava os motivos de veto à posse de Goulart, após a renúncia de Jânio Quadros, em 1961. Desse episódio resultou a adoção do sistema Parlamentarismo no Brasil¹⁵. Ainda em 1961, Golbery deixa, a pedido, o serviço ativo do Exército, sendo então, já na reserva, promovido a General de Divisão, conforme a legislação vigente à época.

Na reserva, Golbery desempenhou grande número de funções ligadas a entidades de Estado. Nesse sentido, merecem destaque suas atuações como Chefe do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), Chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) e Ministro-chefe do Gabinete Civil do Presidente, função que desempenhou até 1981.

A profícua atuação junto a entidades de estado possibilitou que suas ideias atingissem repercussão em nível de ações governamentais, inclusive como integrante do Conselho de Segurança Nacional dos governos Geisel¹⁶ e Figueiredo¹⁷.

No exterior, integrou a Comissão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai.

4.2 O PENSAMENTO GEOPOLÍTICO DE GOLBERY

4.2.1 O ambiente e sua obra

Para Golbery do Couto e Silva, havia uma ligação intrínseca entre os conceitos de Segurança Nacional e o planejamento da atividade governamental. O autor advogava a permanente salvaguarda dos objetivos vitais da Nação por meio de uma eficiente Política de Segurança Nacional e de sua correta aplicação.

¹⁵ O sistema perduraria até 1963, quando um plebiscito indicou o retorno ao Presidencialismo.

¹⁶ Ernesto Beckmann Geysel – 4º Presidente do Período Militar.

¹⁷ João Baptista de Oliveira Figueiredo – 5º Presidente do Período Militar.

Outro traço marcante da obra de Golbery é a importância da Geopolítica para os planejamentos no nível político. Para o autor, a Geopolítica seria uma verdadeira “conselheira” da política, não se restringindo meramente à condição de estudo acadêmico.

De suas principais publicações, destacam-se “Pensamento Estratégico”, de 1955, e “Geopolítica do Brasil”, de 1967. Vale salientar, portanto, o ambiente de Guerra Fria¹⁸, no qual o autor se encontrava. Da mesma forma, o mundo ainda sentia os efeitos nocivos da conjugação entre o desenvolvimento técnico-industrial assimétrico e o imperialismo colonialista remanescente.

Em sua obra, pode-se identificar uma linha mestra, na qual Golbery propugnava que o Brasil deveria buscar uma visão própria (cristã e democrática) do sistema internacional, por meio de uma aproximação com o grande bloco democrático ocidental, em oposição ao nacionalismo progressista. Nesse contexto, Golbery procurava uma espécie de “meio termo” entre o planejamento absoluto (modelo soviético) e a negação de planejamento.

Destarte, tal planejamento deveria ser realizado por meio de instrumentos democráticos, abrindo-se mão de quaisquer recursos impositivos. Dessa forma, seria obtida a fidelidade à causa nacional, pela qual todos velariam, até mesmo impondo-se alguns sacrifícios.

4.2.2 A concepção geopolítica do Brasil

Na visão inicial de Golbery, o Brasil era visto como um vasto arquipélago, onde se destacam um núcleo principal e dois núcleos secundários. O núcleo principal, formado por Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, é servido por uma notável infraestrutura de transportes e serviços, sem paralelo no País. Os núcleos

¹⁸ Conflito político-ideológico entre os Estados Unidos da América (capitalista) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (socialista) iniciado em 1945, ao final da II Guerra Mundial, que perdurou até 1989.

secundários são, ao Norte, o conjunto Recife – Fortaleza e, ao Sul, o conjunto Paraná – Santa Catarina - Rio Grande do Sul.

Tal visão foi, mais tarde, aperfeiçoada, sem, porém, contradizer a anterior. O chamado núcleo central foi redefinido como *heartland* central, agora abarcando os estados do Rio de Janeiro, São Paulo, grande parte de Minas Gerais, a porção sul de Goiás e o atual Mato Grosso do Sul. Esta região articulava-se em torno do triângulo formado pelas cidades de São Paulo – Brasília – Belo Horizonte.

Agrega-se à concepção anterior a ideia de um grande anecúmeno, ao Sul da grande Floresta Amazônica, entre as bacias dos rios Madeira, Guaporé e o sistema Tocantins – Araguaia. Os demais grandes conjuntos (o Sul e o Norte, já citados) não sofreram reajustes em sua concepção.

Assim, pode-se resumir a visão geopolítica do território brasileiro, segundo Golbery, em cinco grandes áreas geopolíticas:

- Reserva Geral, abrangendo os estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, o atual estado de Goiás e o Distrito Federal;
- Ala Norte, formada por todos os estados do Nordeste brasileiro;
- Ala Sul, da qual fazem parte Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul;
- Oeste, que abrange os estados de Mato Grosso (aí incluído o atual Mato Grosso do Sul) e Rondônia; e
- Amazônia, englobando Amazonas, Pará, Acre, Amapá e Roraima.

Contudo, as ligações entre as grandes áreas geopolíticas supracitadas eram muito precárias. Portanto, a ideia central de Golbery era projetar um conjunto de tarefas cujo objetivo seria conseguir a coesão, a integração e a valorização do território brasileiro.

Tais objetivos seriam conquistados por meio de uma estratégia de desenvolvimento abrangente e sucessiva. Este movimento de integração partiria da ala Reserva Geral (núcleo central) inicialmente em direção às alas Sul e Norte e, em

seguida, ao grande *heartland*. A partir destas três áreas, a integração do Oeste e da Amazônia seriam também conseguidas.

As ferramentas para o desenvolvimento pretendido também já estariam disponíveis. Para Golbery, a conquista se faria por meio dos modernos meios de conquista territorial: a tecnologia (industrial e agrária), o aproveitamento de recursos energéticos (tanto hidráulicos quanto minerais) e o estabelecimento de uma rede de transportes (rodoferroviários e fluviais).

4.2.3 A Política Externa

Em relação às questões internacionais, Golbery apresenta três pontos de maior relevância. Inicialmente, a questão do Nordeste brasileiro e sua dominância em relação ao estreitamento do Atlântico, no ponto entre Natal (Rio Grande do Norte) e Dakar (Capital do Senegal). Da mesma forma, o núcleo central brasileiro estaria demasiado exposto às ações externas, e sua segurança (ou a falta desta) poderia comprometer todo o sistema. Finalizando essa relação, havia a vulnerabilidade quanto a ações adversas provenientes do Cone Sul¹⁹, em se tratando da possibilidade de um conflito regional.

Pode-se notar, portanto, que para o autor havia uma coincidência nos objetivos a serem atingidos por meio da aplicação da Geopolítica às questões internas e às de caráter externo. Nessa linha de raciocínio, a mesma dinâmica de integração, cuja proposta seria o desenvolvimento e a coesão nacionais, atenderia também às questões de caráter extraterritorial.

Cumprir destacar, ainda, que na visão de Golbery, com o fim da II Guerra Mundial e o início da Guerra Fria, a grande ameaça soviética passou a exercer um papel unificador no Continente Americano. Nessa linha, caberia ao Brasil, por sua localização e grandeza territorial, uma função preponderante no Subcontinente Sul Americano.

¹⁹ Parte mais meridional da América do Sul, da qual fazem parte Argentina, Uruguai e parte do Chile.

Os Estados Unidos da América, a África e a Europa não deveriam ser considerados como potenciais ameaças, devido a todos os fatores políticos, militares e psicossociais que exerciam influência nestas relações. Por outro lado, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e os países do Sudeste Asiático deveriam ser motivo de constante vigilância, não só do Brasil, mas de toda a América do Sul.

Nessa condição, o continente estaria relativamente seguro face às ameaças diretas, dada as distâncias consideradas e a existência de massas terrestres interpostas. Porém, havia ainda o perigo de outra modalidade de invasão, por meio de ações subversivas e da “aproximação indireta”²⁰.

Assim, retorna-se à ideia de que a integração e o consequente desenvolvimento do conjunto territorial brasileiro eram as condições primordiais para o caminho do Brasil como potência. Da mesma forma, o País deveria ser indutor, ainda, do desenvolvimento regional no continente Sul Americano, bem como buscar manter laços de amizade com os EUA e com a Europa.

Sinteticamente, para Golbery do Couto e Silva, do estudo dos três campos de referência (interno, continental e mundial), à luz das diferentes etapas metodológicas apontadas anteriormente, resultam elementos condensados que são definidos pelo autor como características dominantes da Geopolítica brasileira, a saber:

- integração e valorização espaciais;
- expansionismo para o interior e, também, de projeção pacífica para o exterior;
- contenção, ao longo das linhas fronteiriças;
- participação na defesa da civilização ocidental;
- colaboração continental;
- colaboração com o mundo subdesenvolvido, de aquém e além-mar;
- segurança ou geoestratégia nacional, em face da dinâmica própria dos grandes centros externos do poder. (FREITAS, 2004, p. 52)

Ao se verificar a obra de Golbery, pode-se inferir que há uma confluência entre as ações estratégicas de caráter interno e a política externa. Em grande medida, as linhas mestras propostas pelo autor para o desenvolvimento interno teriam grande transbordamento na política externa do Brasil.

²⁰ Estratégia que visa a derrotar o oponente evitando o confronto físico, buscando a paralisia estratégica de seu comando político e militar.

Internamente, o autor propugnava a uma série de medidas de infraestrutura, com o fim último de vertebrar o território brasileiro. Tal objetivo seria atingido por meio do direcionamento dos fluxos migratórios e incentivos à criação de pólos regionais de desenvolvimento, sobretudo junto às regiões fronteiriças. Na mesma linha, deveria ser construída uma rede de transportes, terrestres, fluviais e aéreos, capaz de integrar com eficiência todo o conjunto.

No campo externo, verificam-se duas grandes linhas de pensamento. Em âmbito regional, deveria ser reforçada a ideia de não expansionismo do Brasil, que deveria manifestar claramente sua condição de “nação territorialmente satisfeita”. Silva (1981, apud FREITAS, 2004, p. 54)

Ao mesmo tempo, o Brasil deveria buscar a construção de uma aliança privilegiada com os EUA, como forma de fortalecimento do bloco ocidental, bem como de propalar a ideia de Brasil como potência emergente. Ainda no campo externo, o Brasil deveria apoiar quaisquer iniciativas de contenção do Marxismo-Leninismo²¹ internacional, contribuindo com outras nações onde tal esforço se fizesse necessário, seja na Europa, África ou no sul asiático.

Ao atingir um índice adequado de desenvolvimento, o Brasil estaria também adquirindo níveis de imunização contra ideologias marxistas, as quais encontram no subdesenvolvimento e na pobreza as condições ideais de proliferação. A par do citado desenvolvimento interno, por meio da relação com os Estados Unidos da América, o Brasil estaria fortalecendo o Bloco Ocidental e reforçando sua posição de líder regional.

²¹ Doutrina propagada pelos estados aliados à URSS ou à República Popular da China.

5 CARLOS DE MEIRA MATTOS

5.1 DADOS BIOGRÁFICOS

Nascido em São Carlos – SP, em 23 de julho de 1913, Carlos de Meira Mattos ingressou no Exército na Escola Militar do Realengo. Ainda no posto de Capitão, integrou a Força Expedicionária Brasileira, durante a II Guerra Mundial.

Ao retornar ao Brasil, finda a Guerra, frequentou o Curso de Comando e Estado Maior, na Escola de Comando e Estado Maior do Exército – ECEME – diplomando-se, também, pela Escola Superior de Guerra. Em 1968, foi promovido a General de Brigada, chegando a General de Divisão no ano de 1973.

Durante sua carreira militar, Meira Mattos esteve por diversas vezes no exterior, no desempenho de diferentes comissões. Dentre estas, cumpre destacar a de Adido Militar na Bolívia, a de Comandante da Brigada Latino-Americana da Força Interamericana de Paz, na República Dominicana, em 1965 e a de Vice-Diretor do Colégio Interamericano de Defesa, em Washington (EUA).

Meira Mattos foi um profícuo autor, cuja obra teve grande influência na chamada Escola Geopolítica Brasileira. De sua autoria, cumpre destacar aquelas dedicadas à Geopolítica, tais como: Bandeiras Históricas do Brasil (1960), A Geopolítica e as Projeções de Poder (1977), Brasil – Geopolítica e Destino (1975), Uma Geopolítica Pan-Amazônica (1980), Geopolítica e Trópicos (1984) e A Geopolítica e a Teoria de Fronteiras (1990).

Além dos livros publicados, Meira Mattos foi também articulista de diversos jornais nacionais, como o Correio Paulistano, o Jornal do Brasil e a Folha de São Paulo. Foi, ainda, colaborador de publicações estrangeiras, como o Diário de Notícias, de Lisboa.

5.2 O PENSAMENTO GEOPOLÍTICO DE MEIRA MATTOS

Meira Mattos defendia a ideia de uma geopolítica de continentalização, por meio da utilização eficaz de conceitos geopolíticos. Segundo o autor, caberia ao Estado ter a “consciência de seu destino indicado pelos fatores ‘forma’ e ‘posição’ e adequar-lhe uma política consentânea às suas realidades geográficas”. (FREITAS, 2004, p. 71)

Foi um integrante do que se convencionou chamar de “Geopolítica da Democracia”. Para ele, a Geopolítica deveria ser aplicada à realidade nacional, por meio de políticas de governo. O binômio “segurança e desenvolvimento” deveria ser a condição fundamental de toda e qualquer estratégia de abrangência nacional.

Nessa linha, o Brasil como potência em expansão deveria apegar-se ao Liberalismo Econômico²², à Democracia Representativa e à manutenção da Segurança Nacional. Estes seriam os pilares do desenvolvimento do Brasil, de forma a figurar entre os principais atores internacionais.

Por outro lado, mesmo seu profundo patriotismo não impedia a percepção de algo que, na visão de Meira Mattos, era uma realidade. O autor percebia na elite política brasileira um desinteresse na busca de soluções para os problemas nacionais, entre eles a integração amazônica. Ele era frequente em indicar a necessidade de se conjugar políticas regionais às de caráter nacional, de forma que as primeiras não ameaçassem a consecução dos reais interesses do Estado.

Dessa forma, seu pensamento geopolítico apregoava que a projeção global do Brasil seria atingida por meio da implementação de um amplo projeto desenvolvimentista. Tal projeto deveria ter como principal prioridade a integração da Amazônia, (aí incluídos os países vizinhos que tenham partes de seus territórios integrando a Amazônia).

²² Escola econômica segundo a qual a maioria das iniciativas deve caber ao indivíduo, e não às instituições.

5.2.1 A Amazônia

A Amazônia mereceu atenção especial de Meira Mattos. Para ele, a grande Hileia²³ representava dois grandes desafios: ocupação e desenvolvimento.

Apesar de nunca haver servido na região amazônica, Meira Mattos valeu-se de todas as fontes de consulta disponíveis à época. Nesse sentido, o autor visitou obras de importantes autores e geopolíticos dos países vizinhos, bem como estudou os acordos e tratados até então existentes, entre o Brasil e os demais países amazônicos.

Aliado às suas pesquisas, Meira Mattos vivenciou algumas das tentativas de implementação de indutores de desenvolvimento na região, tais como: a Zona Franca de Manaus, o Plano de Integração Nacional e o Polo Amazônia. Embora tais planos não tenham atingido plenamente seus objetivos, assim mesmo produziram profundas modificações na realidade da Amazônia.

Dessa forma, o autor conjugava o profundo conhecimento sobre os fundamentos da Geopolítica, o acesso a um complexo conjunto de fontes de consulta, bem como a percepção de quem testemunhava o momento. Fruto dessa admirável conjugação de fatores, sua percepção era extremamente abrangente e profunda.

Segundo Meira Mattos, o pouco aproveitamento humano dos recursos ali existentes convertia a Amazônia em um enorme contraste entre números superlativos. Como alternativa para os problemas inerentes à grandiosidade, Meira Mattos defendia a ideia segundo a qual as soluções deveriam ser inspiradas nas lições aprendidas nas várias tentativas de ocupação e colonização da Amazônia.

Defensor da necessidade de integração e desenvolvimento daquela região, o autor advogava a criação de áreas de intercâmbio fronteiriço e de polos de desenvolvimento transnacionais. Ao serem instalados na região amazônica, tais

²³ Denominação dada à floresta tropical amazônica pelo naturalista alemão Alexandre von Humbolt.

agrupamentos populacionais teriam a capacidade de promover a integração e o desenvolvimento necessários à região.

Nessa linha, a ocupação e o desenvolvimento da Amazônia estariam conectados às características naturais do espaço amazônico, “notadamente ao império das águas, a planície inundável, a floresta tropical e o homem apequenado e imobilizado pela natureza, tudo sob o signo da imensidão.” MATTOS (2011, p. 73).

A estratégia proposta por Meira Mattos obedecia a uma cronologia na sua materialização:

1. solucionar as alternativas e realizar as opções válidas;
2. hierarquizar as prioridades e dosar a utilização de recursos, evitando os desperdícios e buscando a otimização dentro do quadro real;
3. criar uma mística de desenvolvimento, devendo incidir esta sobretudo naquelas regiões de aplicação da política de expansão econômica, e criar os quadros dirigentes, os organismos de ação e controle, a fim de combinar as vantagens da centralização de planejamento e das decisões, com a necessidade de execução descentralizada. (FREITAS, 2004, p.72)

Segundo Meira Mattos, havia a necessidade de se diferenciar a Amazônia do que seria a Pan-Amazônia. O entendimento sobre a primeira, Amazônia, estaria restrito aos limites do território brasileiro. Já a Pan-Amazônia dizia respeito à visão extranacional desta região. Somente o desenvolvimento da Pan-Amazônia poderia atingir os objetivos, tais como propostos por Meira Mattos.

Dessa forma, o autor visualizou três polos internacionais de desenvolvimento:

- Na área norte, o triângulo formado pelas cidades de Boa Vista (Brasil), Lethen (Guiana) e Santa Helena (Venezuela);
- Junto ao Rio Solimões, o triângulo que compreende Tabatinga (Brasil), Letícia (Colômbia) e Ramon Castilla (Peru); e
- Ao sul do arco fronteiro amazônico, as cidades de Porto Velho e Rio Branco (no Brasil) e as cidades de Riberalta e Cobija (na Bolívia).

As três áreas-polo internacional acima destacadas deveriam ser objeto particular de acordos internacionais especiais entre os países deles participantes, a fim de que se integrassem numa comunidade econômica perfeita que lhes permitisse servir de centro irradiador de progresso sub-regional. Deveriam receber absoluta prioridade nos projetos nacionais de

transportes, de telecomunicações e de incentivos econômicos para produção, de sorte a virem a constituir-se nas pontas de lança da frente fronteiriça de abordagem da Pan-Amazônia. Seu efeito dinamizador se irradia por toda a periferia, alcançando diferentes países. (MATTOS, 2011, p.151)

Portanto, resta claro que o projeto desenvolvimentista da Amazônia, à luz das propostas de Meira Mattos, passaria obrigatoriamente por ações de diferentes países. Da conjugação de tais esforços (integração e formação dos polos internacionais) resultariam a vitalização e a incorporação dessa grande região geopolítica ao conjunto das demais áreas nacionais, com o conseqüente reflexo no próprio desenvolvimento do País.

5.2.2 O Brasil potência

Na mesma linha de Mário Travassos, seu grande inspirador, Meira Mattos visualizava o Brasil como uma potência em ascensão. Para tal assertiva, o autor baseava-se em critérios específicos, os quais, quando interconectados, dariam a determinado país as condições de aspirar a um lugar entre as grandes potências do mundo.

Segundo Meira Mattos, o Brasil apresentava todas as cinco características julgadas necessárias para um país emergir como potência mundial, a saber:

- grande dimensão geográfica;
- grande população;
- fartura em recursos naturais;
- capacidade tecnológica e científica; e
- coesão interna.

Segundo o autor, a conjunção desses fatores, aliada às medidas de obtenção de integração e desenvolvimento, delineariam o caminho do Brasil para figurar, já a partir dos anos 2000, entre as maiores potências do mundo.

Nesse sentido, mais uma vez a importância da região amazônica é referida como um imperativo à condição de liderança do Brasil. O papel da Amazônia, nesse mister, pode ser dividido em três grandes blocos:

- grande fonte de recursos naturais (minerais e de biodiversidade);
- enorme plataforma física, por onde o Brasil se conecta com 07 (sete) países e, por intermédio destes, a 02 oceanos (Atlântico e Pacífico), ao Altiplano Boliviano, às Bacias do Prata e do Orinoco; e
- condição atribuída a Amazônia de responder a algumas das grandes questões que inquietam a humanidade, como a escassez de água e alimentos e a geração de energia renovável.

Ainda no intuito de ilustrar suas percepções sobre as condições que alavancariam o Brasil como potência, Meira Mattos traçou paralelo com outros países que apresentam dimensões continentais. São eles: Estados Unidos da América, Austrália e a (então) União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

As experiências exitosas existentes nos países citados seriam lições de grande valia para o Brasil. Assim, foram listadas a “Marcha para o Oeste”²⁴ e a extensa malha ferroviária norte-americana, com suas ferrovias transcontinentais; a articulação terrestre da Rússia, ainda no século XIX, tendo como coluna vertebral a Ferrovia Transiberiana²⁵; e a experiência da Austrália, interiorizando sua capital (Camberra) e conectando todo o País por extensa rede ferroviária.

Em comum, todas as três experiências apontadas por Meira Mattos apresentam a tentativa de integrar grandes porções continentais a oceanos importantes do ponto de vista do comércio internacional. Ao perseguir estratégia semelhante, o Brasil estaria pavimentando o caminho para alcançar a posição de relevância que a geografia lhe destinou.

Tal condição, segundo alertava Meira Mattos, traria também o aumento das responsabilidades do Brasil, inclusive nas expressões política e militar. Nesse

²⁴ Processo de expansão territorial dos Estados Unidos, em direção ao Oeste.

²⁵ Ferrovia que liga a Rússia Europeia às províncias do extremo oriente russo, Mongólia, China e Mar do Japão.

contexto, o Brasil não poderia descuidar da geopolítica mundial, particularmente no tocante às suas responsabilidades quanto ao tráfego marítimo no Atlântico e possíveis tentativas de emancipação da ideologia soviética em seu entorno estratégico, aí incluído o continente africano.

Como líder regional, o Brasil deveria assumir a responsabilidade de promover o desenvolvimento de seus vizinhos americanos. Mais uma vez, é invocada a experiência dos EUA, que tão logo concluiu sua expansão interna, impôs a si mesmo a missão de pacificar seu entorno mais próximo, passando, logo após a II Guerra Mundial, a galgar sua posição de liderança mundial, partindo da Europa.

Dessa forma, pode-se invocar a percepção da obra de Meira Mattos como um estudo das múltiplas potencialidades do Brasil, em contraponto ao estado de subdesenvolvimento do País, à época. Partindo de sua condição de país-continente, apresentou propostas de planos de ação e diretrizes para a articulação do País, dedicando especial atenção à Amazônia. Como resultado do esforço do Estado, aliado à própria condição geográfica, estaria do Brasil credenciando-se a um papel de grande relevância, tanto a nível regional quanto global.

6 A INFLUÊNCIA DA GEOPOLÍTICA NOS GOVERNOS MILITARES

A existência de um pensamento geopolítico pragmático a emoldurar as decisões de Estado esteve entre as bases do planejamento estratégico ao longo dos 21 anos de governo militar. Não se trata de afirmar que tal situação foi uma exclusividade do citado período, mas sim de inferir que tal dinâmica teve uma aplicação mais direta, devido, em parte, à grande influência do pensamento da Escola Geopolítica Brasileira, por meio da ESG, nas sucessivas equipes de governo.

Não é necessário concordar-se com os pressupostos da geopolítica para se estudá-la. Torna-se importante, isto sim, constatar sua existência e sua influência na política de vários países, inclusive na do Brasil. Isto se verifica, por exemplo, no período pós-64, quando muito da geopolítica tem servido de pano de fundo — às vezes ocupando lugar de realce — na elaboração e conduta da política nacional, sobretudo no campo das relações internacionais. (MIYAMOTO, 1981, p 76)

Ao iniciar o capítulo final do presente trabalho, cumpre esclarecer que o mesmo não tem como objetivo estabelecer ligações diretas entre os três autores considerados neste estudo e cada um dos cinco chamados “presidentes militares”. Antes sim, o objetivo é apresentar algumas linhas mestras que caracterizaram as sucessivas administrações do Período Militar, identificando pontos de tangência entre estas e as ideias advindas da Escola Geopolítica Brasileira, notadamente dos seus três autores ora em estudo.

Neste sentido, serão apresentados os pontos onde a já citada tangência ficou mais evidenciada, seja pelo alcance das medidas adotadas, seja pela transcendência de tais ações no tempo. Embora havendo grande número de medidas e ações nas mais diversas áreas de atuação dos governos considerados, optou-se por apresentar algumas das mais relevantes, nas grandes áreas da Política Externa e da Infraestrutura, com finalidade de facilitar a compreensão e a visualização das ligações.

Cumpre salientar que, em várias oportunidades, pode-se inferir que algumas obras de infraestrutura cumpriram dupla finalidade: além de desempenharem sua função na integração do Brasil, também tiveram por objetivo cooperar na consecução de estratégias afetas à Política Externa do Brasil.

Nesse sentido, pode-se perceber por outro prisma a aplicação do pensamento geopolítico dos três autores estudados, que em várias oportunidades viam a Política Externa como transbordamento das políticas destinadas à integração, desenvolvimento e segurança nacionais.

6.1 INFRAESTRUTURA

De forma geral, pode-se afirmar que Mário Travassos, Golbery do Couto e Silva e Carlos de Meira Mattos comungavam da ideia segundo a qual o Brasil necessitava estabelecer, de forma objetiva, a integração nacional. Tal integração seria atingida principalmente por meio de um adequado sistema de transportes, que teria como objetivo primordial possibilitar a interconexão entre as diferentes regiões do País. É o que se convencionou chamar de “vertebração do Brasil”.

Embora apresentando argumentos nem sempre coincidentes, em relação à ordem de implementação ou aos modais considerados, pode-se inferir que há diversos pontos de convergência entre as visões dos três autores. Não é demais, também, lembrar que a percepção inicial de Mário Travassos foi adaptada e reconfigurada por seus sucessores, Golbery e Meira Mattos, em suas respectivas interpretações face à ideia original.

Independentemente de qual das visões geopolíticas seja considerada, como ponto focal a unir os três autores, ficou clara a ideia de que, ao se estabelecer esta rede de transportes, estariam criadas as condições para a integração e o consequente desenvolvimento das regiões mais distantes dos grandes centros. Ainda que as interpretações dos governos militares possam ter variado, pode-se perceber que houve uma continuidade na busca desse objetivo geral, qual seja, a integração do País pelos transportes.

Porém, logo nos primórdios do período, restou claro que a forma de administração pública até então em vigor não possibilitaria a abrangência e, mais importante, a perenidade das políticas de governo, de forma a que se convertessem

em políticas de Estado. Tal constatação, mesmo, pode-se reputar à observação de Mário Travassos, quando apontava as iniciativas desconexas e regionalizadas como um dos entraves à integração.

Não por acaso, entre as primeiras, e principais, preocupações do governo Castelo Branco, estava a realização de uma reforma administrativa. Tal providência visava a dotar a burocracia pública de instrumentos capazes de conduzir uma administração que transcendesse a figura do governo, ganhando continuidade no tempo.

Tal desafio foi vencido, por meio de uma reforma administrativa realizada no ano de 1967. Já nessa ocasião, a influência da ESG se fez notar.

Com o advento do Governo do Presidente Castello Branco, em 1964, criou-se ambiente eminentemente reformista, em grande parte devido à ascensão, a postos-chaves da Administração Federal, de elementos civis e militares que cursaram a Escola Superior de Guerra ou que afinavam com as ideias renovadoras nela há muitos anos veiculadas. (DIAS, 1969, p.11)

Nesse sentido, a ideia vigente de alinhamento entre os setores da administração foi materializada pela designação do chamado “Ministro Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica”. A pasta teve a missão de programação e coordenação geral, que deveria ser tônica da nova administração federal.

Com tal providência, o governo buscava dinamizar e orientar o desenvolvimento nacional. Foram conectados o já citado Ministério Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica e o Ministério da Fazenda, com participação direta do próprio Presidente da República.

Ato contínuo, Castelo Branco fortaleceu também o Ministério dos Transportes, derivado do então Ministério de Viação e Obras Públicas, e reorganizou o Conselho Nacional de Transportes. Nessas primeiras providências, pode-se perceber a influência de argumentos há muito sustentados por Mário Travassos, o qual defendia que um sistema de viação nacional deveria ser criado.

Nessa linha, foram tomadas iniciativas que visavam a estender a abrangência do citado ministério sobre os transportes aéreos, até então de responsabilidade do

então Ministério da Aeronáutica²⁶. O revigorado Ministério dos Transportes foi encarregado da tarefa de conferir maior coordenação e produtividade ao setor dos transportes, visto como de fundamental importância para a integração e desenvolvimento nacionais, conforme já visto, sob o prisma da geopolítica.

Fato é que o traçado das principais vias de transporte concebidas durante os governos militares, sejam elas ferrovias, rodovias ou hidrovias, teve como principal inspiração a ideia de integração nacional. Em outras palavras, o desenho atual das principais ligações existentes no Brasil, particularmente as de maior relevância, teve inspiração nas concepções advindas da Escola Geopolítica Brasileira.

De forma geral, pode-se afirmar que o período de 1964 a 1985 possibilitou um avanço antes desconhecido para o setor dos transportes no Brasil. Até então, as iniciativas existentes eram contaminadas por regionalismos e interesses mais imediatos, o que dificultava a integração do sistema, tornando a mobilidade física extremamente reduzida.

Planejamento adequado, projetos bem estruturados e uma rigorosa supervisão na execução permitiram a estruturação de um sistema nacional interligado, aos moldes do que fora defendido pelos geopolíticos estudados. A observância de uma linha mestra a ser mantida conferiu integração e continuidade aos sucessivos planos, o que, inegavelmente, modificou o panorama até então existente na integração nacional.

O conjunto de obras construídas durante os governos militares permanece como um feito até hoje inigualado, tanto em sua grandiosidade quanto pelo viés de integração que tais obras conferiram ao sistema.

Dentre as obras realizadas naquele período, algumas merecem destaque, seja pela extensão, seja pela dificuldade na execução ou, ainda, pela relevância no aporte de infraestrutura alcançado. Com intuito de possibilitar uma visualização da abrangência de tais empreitadas, serão apresentadas algumas das mais importantes realizações.

²⁶ Extinto em 1999, com a criação do Ministério da Defesa.

6.1.1 Infraestrutura de Transportes

Até o ano de 1964, a rede rodoviária brasileira contava com 12.000 Km de estradas pavimentadas. Entre 1964 e 1974, as rodovias passaram para a marca dos 38.000 Km, chegando à marca dos 46.000 Km em 1985, considerando-se apenas as estradas federais. Quanto às estradas estaduais, recursos do Fundo Rodoviário Nacional, devidamente transferidos aos estados, permitiram a ampliação da rede de 5.600 Km para 37.500 Km, entre 1964 e 1974, chegando aos 58.000 Km em 1985.

- duplicação da Via Dutra – já à época, ligava aquelas que até os dias de hoje são as duas maiores cidades do Brasil. Sua importância é inegável, por conta possibilitar o transporte de grande volume de carga e passageiros na região mais desenvolvida do País;

- construção da Ponte Rio-Niterói – um verdadeiro desafio à engenharia nacional, possibilitou a conexão direta entre a cidade do Rio de Janeiro (capital do então estado da Guanabara) e o norte do estado, para, a partir daí, projetar tal ligação em direção ao Nordeste brasileiro;

- construção da rodovia Transamazônica – um importante marco na integração e desenvolvimento da Região Amazônica, a Rodovia BR 230 estende-se por mais de 5.600 Km, entre os municípios de Cabedelo (PB) e Lábrea (AM). Sua construção tinha como objetivo conectar a Amazônia ao Nordeste brasileiro e, por meio deste, ao Centro-Sul. Nesse intento, a obra buscava, também, povoar e desenvolver as cidades situadas ao longo da rodovia, tudo como forma de desenvolver e integrar a região.

- pavimentação da rodovia Rio-Bahia – estabeleceu a ligação entre as macrorregiões Centro-Sul e Nordeste, com substancial melhora na integração desta última ao centro econômico e político do Brasil;

- pavimentação da rodovia Belém-Brasília – conectou a jovem Capital Federal (e, por consequência, a grande região central do Brasil) à região Norte, potencializando a integração daquela região ao Centro-Sul do Brasil;

- pavimentação da rodovia Cuiabá-Porto Velho – possibilitou a perenidade na ligação entre o Mato Grosso (*Heartland* da América do Sul) e a região amazônica, permitindo a interligação entre o grande triângulo central e a Bacia Amazônica;

- pavimentação da rodovia Cuiabá-Santarém – outra ligação física a conectar o *Heartland* à Bacia Amazônica, possibilitando a conexão da Amazônia aos rios navegáveis do Centro-Oeste bem como à malha viária da região;

- pavimentação da rodovia Ponta Grossa – Foz do Iguaçu – destinada a possibilitar o escoamento de produção do Paraná e do Centro-Oeste brasileiro. Conectando-se através da Ruta 7 (Rodovia Transparaguáia) até Assunção (de onde demanda à Bolívia), esta obra cumpriu também a finalidade de conformar o chamado Corredor de Exportação que liga o Paraguai ao porto de Paranaguá. Assim possibilitou atrair Paraguai e Bolívia para a esfera de influência do Brasil, em contraponto à Bacia Platina, na Argentina;

- pavimentação da rodovia Uruguaiana-Porto Alegre – potencializou o escoamento de produtos oriundos do Paraguai e norte da Argentina com direção a Porto Alegre, além da produção do oeste gaúcho.

- pavimentação da rodovia Porto Alegre – Pelotas – Chuí – conectou o extremo sul gaúcho ao grande centro nodal que é Porto Alegre. Além da função integradora, ofereceu uma alternativa aos produtos do Uruguai, até então escoados pelo porto vizinho de Buenos Aires, contribuindo para atrair o Uruguai para a esfera de influência brasileira.

A importância conferida pelos sucessivos governos do período estudado ao modal rodoviário é inegável. Tal situação justifica-se pelo cenário existente à época, onde a premência de tempo e a necessidade de se reativar o setor dos transportes foram preponderantes na opção por rodovias.

Porém, não se pode afirmar que tal importância tenha se traduzido em exclusividade. A malha ferroviária brasileira em 1960 contava com menos de 30.000 Km. Era muito clara a percepção de que as dimensões continentais do Brasil indicavam a necessidade de se construir grandes ferrovias, aos moldes das existentes nos EUA.

Os investimentos no modal ferroviário foram extremamente seletivos, sendo que os projetos eram colocados em prática somente após criteriosa avaliação. Eram analisados cuidadosamente os traçados quanto à sua viabilidade técnica e também quanto à sua justificativa econômica.

Importantes trechos ferroviários foram construídos ou modernizados. Foram realizadas obras de ampliação de pátios e desvios, além da modernização e aquisição de locomotivas e vagões. Dessa forma, entre os anos de 1964 e 1985, a capacidade de transporte da Rede Ferroviária Federal mais que quadruplicou, passando de 8,2 bilhões para 37,2 bilhões de TKU²⁷.

No intuito de exemplificar as assertivas acima, são apresentados alguns exemplos de realizações no modal ferroviário.

- conclusão do trecho Itapeva – Ponta Grossa – Roca Sales – Passo Fundo – permitiu a redução de 600 Km, na ligação férrea entre Ponta Grossa e Porto Alegre;

- duplicação da estrada de ferro Vitória – Minas, entre Itabira e o Porto de Tubarão;

- construção da estrada de ferro Carajás – responsável pelo escoamento do minério entre Carajás e o Porto Ponta da Madeira, no Maranhão;

- construção de grande parte da Ferrovia do Aço – entre Jeceaba (MG) e Volta Redonda (RJ);

- construção do trecho Celso Bueno (MG) – Araguari – Pires do Rio (GO) – melhorando a ligação entre Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro;

²⁷ TKU – Tonelada Quilômetro Útil, representa o somatório do total de carga movimentada na malha pelas distâncias de transporte da própria malha considerada.

O setor aquaviário foi também aquinhado, de acordo com as possibilidades existentes, abordando tanto as hidrovias interiores, quanto as ligações com as grandes rotas mercantes internacionais. Foram realizados investimentos viabilizando a modernização de portos, com a construção de terminais especializados em granéis sólidos e líquidos, além da capacitação na operação de terminais especializados em contêineres. Da mesma forma, o transporte aquaviário interior foi alavancado.

Entre as realizações no modal aquaviário, merecem destaque as seguintes:

- construção do Complexo Portuário de Capuaba, em Vila Velha (ES) e do Porto de Praia Mole, em Vitória (ES);
- construção de terminais especializados nos portos de Santos (SP), de Sepetiba (RJ), de Aratu (BA), de Imbituba (SC) e Rio Grande (RS);
- construção de eclusas na hidrovia Tietê-Paraná;
- construção de eclusa no Rio São Francisco, na cidade de Sobradinho (BA),
- início das obras de construção de eclusa em Tucuruí (PA),

Em relação ao modal aéreo, cumpre destacar duas importantes realizações, a saber:

- formação de uma indústria aeronáutica brasileira de grande porte – viabilizada com a criação do ITA, que mais tarde viria a ser o berço da EMBRAER;
- criação da INFRAERO, que viria a realizar grandes obras de construção, ampliação e modernização dos principais aeroportos brasileiros. Como exemplos, citam-se: Galeão (atual Tom Jobim), Guarulhos, Brasília, Manaus, Salvador, entre outros.

6.1.2 Infraestrutura Energética

Assim como ocorria no setor dos transportes, no início do governo de Castelo Branco, o setor energético encontrava-se ainda parcialmente estruturado e praticamente inoperante. Tal como o ocorrido com o Ministério dos Transportes, o Ministério das Minas e Energia foi também alvo de uma reestruturação. A partir dessa reestruturação, foram colocadas em prática iniciativas no sentido de possibilitar a dinamização do setor energético.

No que diz respeito à energia elétrica, em especial, a situação era extremamente deficiente. Serviços precários e constantes interrupções em praticamente todo o território nacional eram a tônica vigente.

Havia ainda a questão da coexistência dos diferentes ciclos de transmissão (50 e 60 Hertz), o que impossibilitava a interligação nacional. Tal problema viria a ser resolvido ainda no mandato do Presidente Castelo Branco, permitindo a construção de um sistema que viria a interligar todo o País.

Dessa forma, verifica-se que a infraestrutura energética foi objeto de especial atenção por parte dos governos militares. Além de modificações na gestão, obras de grande envergadura foram realizadas com objetivo de possibilitar a oferta de energia necessária ao crescimento do Brasil. Objetivo esse que se manteve ao longo de todo o período dos governos militares.

Como uma das primeiras providências, um grande esforço foi realizado para se obter um correto levantamento do potencial hidrelétrico do Brasil. O trabalho estendeu-se por mais de cinco anos. O resultado deste levantamento tem sido, desde então, a base sobre a qual está alicerçado todo o planejamento da construção de usinas hidrelétricas no Brasil, até os dias atuais.

Entre todas as realizações do período, a mais notável, indubitavelmente, é a Usina Binacional de Itaipu. À época, a maior usina hidrelétrica do mundo, atualmente, tem capacidade instalada de 14.000 MW. Localizada no leito do Rio Paraná, na cidade de Foz do Iguaçu (PR), a obra coroou um longo processo de

negociação, no qual os assuntos referentes às questões técnicas de geração de energia eram apenas parte do problema.

Quase na mesma magnitude, pode-se citar a Usina de Tucuruí, atualmente a quinta maior usina hidrelétrica do mundo, com capacidade instalada de 8.370 MW. A construção da Usina de Tucuruí foi destinada a atender o polo mineral e metalúrgico do Pará.

As duas usinas juntas, atualmente, são responsáveis por um quarto de toda a energia elétrica consumida no Brasil.

Ainda no que diz respeito à formação de uma infraestrutura para o País, é mister que se faça menção ao grande impulso que o setor da energia nuclear recebeu, durante os governos militares. Ainda que as pesquisas nacionais na área nuclear remontem ao ano de 1934, na Universidade de São Paulo – USP, foi somente no ano de 1967 que as atividades necessárias à construção da primeira usina nuclear brasileira tiveram início.

Em 1970, foi realizada uma concorrência internacional, a fim de permitir a aquisição do primeiro reator nuclear a ser instalado no Brasil. O processo foi vencido pela americana Westinghouse. Porém a compra não se concretizou, haja vista divergências entre os EUA e o Brasil, referentes à questão de não adesão do Brasil ao Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares – TNP.

O cenário mundial na questão nuclear era modificado constantemente. O grande choque do petróleo de 1973 fez com que os olhos do mundo se voltassem para a energia nuclear como uma das formas de diversificar a matriz energética. Em 1974 a Índia detonou seu primeiro artefato nuclear. Em meio à Guerra Fria, os EUA decidem suspender o fornecimento de Urânio enriquecido para novas usinas.

Nesse contexto, em 1975, o Brasil assina o acordo com a República Federal da Alemanha, que previa a construção de uma série de usinas nucleares. O mesmo acordo previa também a instalação de empresas associadas em ambos os países, com objetivo de permitir ao Brasil o ingresso no seleto grupo de nações com capacidade de pesquisa e desenvolvimento de tecnologia nuclear.

Em meio ao ambiente de Guerra Fria, o programa prosseguiu com grandes dificuldades, o que se traduziu em atrasos sucessivos. Em que pese o alongamento de todos os cronogramas, foi essa iniciativa do governo do Presidente Geisel o que possibilitou ao Brasil figurar, atualmente, entre os países que dominam o chamado Ciclo do Urânio, tendo instaladas duas usinas nucleares, Angra I e Angra II.

Ainda que a capacidade de geração de energia instalada não seja quantitativamente de grande relevância, a importância estratégica do domínio de tecnologia tão sensível pode ser considerada, em si, um feito notável. Tal fato, por si só, teve a capacidade de modificar o balanço geopolítico favoravelmente ao Brasil.

A chamada “vertebração” do Brasil foi apresentada como primordial entre todos os esforços no sentido de se integrar as diferentes regiões de nosso País Continente por meio da implantação de um sistema de transportes a altura das aspirações brasileiras. Na mesma linha, importantes esforços governamentais foram realizados no sentido de dotar o País da infraestrutura necessária para impulsionar o desenvolvimento nacional.

Como conclusão parcial do presente capítulo, é lícito inferir que a Escola Geopolítica Brasileira, por meio da ESG e dos três autores estudados exerceu marcante influência, nos projetos de infraestrutura levados a cabo durante os governos militares. Não é demais afirmar que desde então, o Brasil não conheceu tamanho alcance e coordenação de esforços nos projetos de infraestrutura.

6.2 POLÍTICA EXTERNA

A política externa adotada pelo Brasil até 1964, ainda no governo de João Goulart, era caracterizada pelo que o próprio governo denominava de “independente”. Cabe ressaltar que, no momento histórico considerado, tal independência significava um afastamento em relação aos EUA, o que tornava o Brasil suscetível às influências do marxismo-leninismo que, partindo da URSS, buscava expandir-se. Não há exagero na afirmação de que tal orientação na política

externa foi um dos pontos chave para a perturbação interna que culminou com o movimento democrático de 1964.

Mesmo nesse cenário nacional de política externa independente, conforme o ocorrido em praticamente todo o mundo, a Guerra Fria exerceu um papel primordial na definição das estratégias de inserção do Brasil no cenário internacional. Dessa forma, a realidade do pós-guerra fez com que a ESG naturalmente emergisse como centro gerador de doutrina.

A guerra fria fez com que os estudos da recém-criada Escola Superior de Guerra assumissem caráter doutrinário. Justamente nesse período a produção de estudos geopolíticos tornou-se rica em termos numéricos e adquiriu bom teor qualitativo. A Escola Superior de Guerra converteu-se, a partir desse momento, no laboratório de ideias do seio militar. (MIYAMOTO, 1981, p 80)

Com o advento da Revolução Democrática de 1964 e o início do ciclo dos presidentes militares, entrou em pauta uma nova política externa brasileira, lastreada na doutrina da ESG. O pensamento esguiano²⁸ era caracterizado pelos seguintes aspectos: um arraigado anticomunismo; uma visão global do mundo dividido em dois grandes blocos, um pró-Estados Unidos (ocidental e capitalista) e um pró-União Soviética (comunista); e uma projeção do Brasil como uma potência a nível mundial.

Dessa forma, pode-se dizer que coube aos pensadores militares a definição da Grande Estratégia²⁹ a ser seguida pelo País. Nesse novo cenário, Golbery do Couto e Silva destacou-se como o principal articulador entre a ESG e os sucessivos governos, até 1985.

6.2.1 Governo Castelo Branco

O governo Castelo Branco promoveu uma forte guinada em relação à política externa anterior, chamada independente. Inicialmente, houve uma forte rejeição a tudo que remontasse à agenda até então em vigor. Porém, passado o primeiro

²⁸ Esguiano – referente à ou originário da ESG.

²⁹ Grande Estratégia, ou Estratégia Superior – conceito cunhado por Liddel-Hart – exprime a execução de uma política que orienta, coordena e dirige todos os recursos de uma Nação na consecução de seus objetivos.

momento, a simples rejeição deu lugar a uma postura racional de defesa dos interesses nacionais.

Conforme a doutrina da ESG já prescrevia desde a década de 1950, o Brasil passou então a buscar a reaproximação com os EUA. Esse movimento objetivou a inserção do Brasil no grande bloco ocidental, passando pelo reconhecimento da hegemonia americana no referido bloco. Na mesma linha, o governo brasileiro adotou uma postura de condenação e afastamento a qualquer tipo de aproximação soviética.

Uma vez estabelecido o posicionamento do Brasil face à linha que separava o bloco ocidental (capitalismo, democracia) do bloco comunista (comunismo, totalitarismo), o governo passou a desenvolver uma estratégia que tinha como ideário o binômio segurança e desenvolvimento.

O governo brasileiro percebeu que uma estratégia baseada no conceito de independência seria permitida somente aos Estados que dispusessem de artefatos nucleares. Aos demais, entre os quais o Brasil, seria necessário flexibilizar a ideia de uma política externa independente, ao menos naquele momento. Dessa forma, seria possível desenvolver-se o suficiente para resistir ao avanço comunista.

Ao posicionar-se desta forma, o Brasil aceitou o imperativo categórico da segurança coletiva, declarando-se disposto a aliar-se aos EUA na defesa do hemisfério ocidental. Em contrapartida, poderia contar com a segurança advinda do arsenal nuclear norte americano.

Em relação ao panorama sul-americano, mais uma vez os conceitos geopolíticos (particularmente de Travassos e Golbery) foram evocados. Pode-se verificar a atenção destinada ao Cone-Sul, mais especificamente em relação a Bolívia e Paraguai. Com ambos os países, o Brasil passou a desenvolver projetos de interesse mútuo, buscando trazê-los para seu círculo de influência, em detrimento da influência argentina.

Outra preocupação do governo brasileiro era a expansão comunista em seu entorno próximo, por meio da instalação de regimes totalitários em países da costa ocidental africana. A fim de mitigar tal possibilidade, o governo Castelo Branco

buscou a reaproximação com Portugal. Com tal posicionamento, o Brasil reforçava o sistema colonial português (então vigente), contribuindo para afastar a ameaça comunista no continente vizinho.

Dessa forma, o Brasil estabeleceu novo posicionamento em sua política externa: aproximou-se dos EUA, por meio de sua inserção no bloco ocidental; iniciou movimentos buscando atrair países do entorno próximo, particularmente Paraguai e Bolívia; e estabeleceu uma defesa mais ampla, focada no Continente Africano e no Atlântico Sul.

6.2.2 Governo Costa e Silva

Após o período de ruptura inicial seguido de rigidez que caracterizou a política externa de Castelo Branco, o governo Costa e Silva iniciou a flexibilização da agenda. Assim mesmo, tal flexibilização foi realizada também sob inspiração da geopolítica.

No cenário internacional, a Guerra Fria passava por um momento de arrefecimento de ânimos dos seus atores mais importantes, EUA e URSS. A partir dessa constatação, os estrategistas brasileiros passaram a promover ajustes na política externa brasileira.

A nova orientação baseava-se na ideia de que a segurança seria conquistada somente através do desenvolvimento. Assim, estava inaugurando o que se convencionou chamar de “diplomacia da prosperidade”. O novo conceito baseava-se em uma constante e apurada avaliação da dinâmica internacional, com objetivo de identificar e afastar obstáculos externos ao projeto de desenvolvimento nacional.

Entre os obstáculos identificados pelos estrategistas brasileiros, figuravam os seguintes:

- monopólio das grandes potências sobre as tecnologias de ponta, particularmente a tecnologia nuclear;

- estrutura de comércio internacional favorável aos países desenvolvidos, em detrimento dos desenvolvidos;
- pretensões de domínio das multinacionais no mercado latino-americano; e
- expansão do comunismo.

Identificados os obstáculos, a diplomacia brasileira passou a buscar a afirmação da soberania e a promoção do desenvolvimento. Uma das mais importantes afirmações nesse sentido, foi a implementação da nuclearização do Brasil. Tal posição foi marcada a partir da não assinatura do TNP, o que não agradou ao governo americano. Tal postura se justificava tendo em vista o caráter excludente do referido tratado.

Outras divergências surgiram entre o Brasil e os EUA, particularmente no campo do comércio exterior. A insistência do Brasil em manter sua posição (particularmente na questão nuclear) e buscar outras possibilidades de parcerias internacionais terminou por iniciar um gradual afastamento dos dois países.

Assim, pode-se perceber que as lições oriundas da Escola Geopolítica Brasileira continuaram a emoldurar as decisões que balizaram a política externa brasileira no período do governo Costa e Silva.

6.2.3 Governo Médici

O cenário que emoldurou o início do Governo Médici se caracterizava pelos bons resultados que vinham sendo sucessivamente conquistados pela economia brasileira. O Produto Interno Bruto (PIB) crescia sistematicamente na casa dos dois dígitos, como resultado das boas práticas adotadas desde o início dos governos militares.

Tal situação teve como reflexo a confiança de que o Brasil caminhava a passos largos para integrar-se ao grupo de países desenvolvidos, passando de potência regional para mundial. Esse horizonte, na visão da diplomacia brasileira,

confirmava a ideia de que o caminho do Brasil em direção ao desenvolvimento deveria ser trilhado individualmente. Assim, consagrou-se o que se denominou de “diplomacia do interesse nacional”, a qual privilegiava as relações bilaterais como as mais convenientes para o Brasil.

Como linhas mestras dessa nova diplomacia brasileira, pode-se destacar:

- defesa de mudanças nas regras de convivência internacional, questionando a imobilidade de posições de poder, segundo a qual, a história seguiria seu curso beneficiando certos países (desenvolvidos) em detrimento de outros;

- aumento da parcela de decisão dos países, de acordo com seu crescimento dentro da comunidade internacional, devendo tal condição ser utilizada em proveito do desenvolvimento, próprio e de outros povos que aspirassem ao progresso;

- defesa da ideia segundo a qual a verdadeira paz não seria alcançada pela simples manutenção do “*status quo*”; ao contrário, a mudança das regras internacionais é que proporcionaria a distribuição de progresso científico e tecnológico, pois, sem desenvolvimento, não há paz;

- ativa cooperação e solidariedade para com os países em desenvolvimento;

- política externa de alcance global, buscando íntima integração com os países desenvolvidos.

No plano interno, uma vez mais o legado geopolítico era revisitado na ênfase dada pelo governo na ocupação efetiva do território brasileiro. Tal condição era defendida como fundamental para o fortalecimento do poder nacional. Assim, foram postos em prática projetos de colonização e aproveitamento dos recursos em todo o território, particularmente na região amazônica.

O conjunto formado pela mudança na política externa, que projetava o Brasil como um “grande entre os pequenos”, aliada aos projetos de ocupação territorial trouxe reflexos entre os vizinhos sul-americanos. Para muitos, a nova agenda representava a materialização de supostas pretensões imperialistas do Brasil face ao subcontinente.

Porém, o grande foco gerador de tensão para o governo brasileiro foi a eleição de Salvador Allende como Presidente do Chile, em 1970. A conquista do poder por um governo marxista naquele País trouxe consigo uma real ameaça à estabilidade de todo o hemisfério. A preocupação brasileira era, portanto, compartilhada com os vizinhos latino-americanos e com os norte-americanos, pois significava uma vitória do expansionismo soviético.

Ainda no entorno estratégico, o Brasil manteve a prioridade das negociações bilaterais com Bolívia e Paraguai. Na Bolívia, a chegada ao poder de um governo pró-ocidente, possibilitou o estreitamento das relações entre os dois países.

Em relação ao Paraguai, uma importante vitória foi alcançada em 1973, com a assinatura do Tratado de Itaipu. Esse importante acordo bilateral viria, mais tarde, a possibilitar a construção da Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu.

Dessa forma, o Brasil mantinha-se no movimento de progressiva atração de Paraguai e Bolívia para sua zona de influência. Ao mesmo tempo, afastava os dois países da atração exercida pela Bacia Platina, conforme já alertavam as lições geopolíticas oriundas da ESG.

Em obediência às premissas anteriormente mencionadas, a diplomacia brasileira tratou de criar condições para o desenvolvimento nacional. Nesse mister, iniciativas foram tomadas visando à abertura de novos mercados para os produtos nacionais, bem como à aproximação com países dispostos a fornecer tecnologia.

Entre as medidas adotadas, foram abertas novas representações diplomáticas no Iraque, Kuwait, Arábia Saudita e Líbia. Na mesma linha, foram iniciados contatos com Israel, na área da ciência e tecnologia.

A África também continuou a merecer atenção da diplomacia brasileira. Atendendo a concepções geopolíticas, segundo as quais a segurança do Atlântico-Sul era de vital importância para o Brasil, foram realizadas ações no sentido de aumentar a presença brasileira na região. Essa atenção foi materializada com uma série de visitas a países da África Subsaariana: Senegal, Costa do Marfim, Gana, Togo, Nigéria, Camarões, Gabão e Zaire (atual República Democrática do Congo).

Outra medida de grande relevância foi a ampliação do mar territorial brasileiro para o limite de 200 milhas náuticas. Esse importante movimento estava, também, no escopo de ações que visavam a projetar a influência brasileira no Atlântico Sul. A medida sofreu oposição dos EUA, devido à interpretação de que se tratava de uma política de poder.

Ao se observar a política externa estabelecida no governo Médici, fica evidenciada a busca por níveis mais elevados de desenvolvimento e independência. Como resultado da dinâmica estabelecida, o relacionamento entre Brasil e EUA tornou-se mais realista e, até mesmo, competitivo.

6.2.4 Governo Geisel

O cenário internacional no qual se inseriu o governo do Presidente Ernesto Geisel apresentava diferenças em relação ao período anterior. O diálogo entre as duas superpotências, instalados logo após a Crise dos Mísseis de 1962, começou a dar sinais de deterioração, trazendo de volta instabilidade e desequilíbrio ao ambiente internacional.

Esta mudança no ambiente provocou a necessidade de modificação na política externa brasileira. O bilateralismo consagrado no período anterior acabou conduzindo o Brasil a um isolamento internacional. Portanto, verificou-se a necessidade de modificar a dinâmica individualista, iniciando um processo de aproximação com os países do chamado Terceiro Mundo.

As linhas mestras que passaram a delimitar a diplomacia brasileira eram o pragmatismo e a responsabilidade. Pragmatismo, observado na intenção de se buscar eficácia na consecução dos objetivos nacionais, bem como as faixas de convergência entre tais objetivos e os interesses de outras nações. Responsabilidade, por adotar a premissa de não se afastar do ético, agindo exclusivamente conforme os objetivos claramente definidos e aceitos pelo povo brasileiro.

A primeira medida de forte impacto tomada pelo Brasil foi o restabelecimento das relações diplomáticas com a República Popular da China. A importância dessa iniciativa pode ser avaliada quando se leva em conta a importância que a China já adquirira no cenário internacional, a ponto de ter sido recentemente (em 1971) incorporada ao seleto grupo de membros permanentes do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU).

Outra medida de grande repercussão foi o reconhecimento de Angola como estado independente, em 1975. Tal medida posicionou o Brasil com grande destaque entre os países do Terceiro Mundo, melhorando principalmente a imagem do País junto a África Subsaariana.

Embora as políticas externas anteriores tivessem contemplado o continente africano, a medida adotada pelo Governo Geisel modificou fortemente a dinâmica anterior. Até então, as relações estavam baseadas em interesses econômicos. Nesse novo contexto, o aspecto político foi o mais relevante, tendo em vista que o Estado angolano emergia sob a ideologia marxista-leninista, sob os auspícios de Cuba e da União Soviética.

Ainda que a ideologia comunista estivesse presente em Angola, a necessidade de o Brasil permanecer atuando junto à fronteira leste foi observada, conforme o que prescrevia o binômio “segurança e desenvolvimento”. Como reflexo de tal decisão, a partir desse momento, a política externa do Brasil para a África passou a chocar-se frontalmente com a dos EUA.

Tal como ocorreu em relação à África, a liberdade de buscar parcerias mais convenientes aos interesses nacionais fez com que o Brasil voltasse suas atenções para o Oriente Médio, região até então deslocada do eixo de relacionamento brasileiro. Marcando sua atual posição, o Brasil apoiou, com seu voto, a reivindicação Palestina junto à ONU pela criação de um Estado Palestino.

Outro exemplo de posicionamento pragmático foi a assinatura do acordo nuclear celebrado com a República Federal da Alemanha, em 1975. Esta aproximação possibilitou ao Brasil dar novo impulso ao desenvolvimento da tecnologia nuclear. Mais uma vez, as relações entre Brasil e EUA foram arranhadas.

Cabe ressaltar que a questão nuclear pode ser apontada como um exemplo mais direto da busca do Brasil em diminuir a distância tecnológica entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento. Ficou evidenciado o pragmatismo na opção de buscar parcerias que possibilitassem diminuir o hiato tecnológico, particularmente na questão nuclear, ainda que tal medida nos afastasse ainda mais dos líderes do bloco ocidental.

O hiato, a esta altura já existente, viria a aumentar com a busca do Brasil por sua industrialização. Os consequentes desacordos na área econômica vieram a aumentar o afastamento em relação aos EUA. A política externa brasileira encontrou em países da Europa Ocidental e no Japão os novos parceiros que o tiraram do isolamento surgido com o desgaste das relações Brasil - EUA.

Em relação ao entorno próximo, o governo Geisel manteve as relações conquistadas com Paraguai e Bolívia. Para o subcontinente como um todo, o Brasil continuou aliando a defesa da soberania ao firme propósito de buscar elementos de cooperação com os países vizinhos. Tal postura levou o Brasil a um multilateralismo no ambiente da América do Sul.

Dessa forma, a busca do pragmatismo com responsabilidade, tônica da política externa do governo Geisel, foi também uma forma de manifestação de emprego de princípios geopolíticos, particularmente os sustentados pela ESG.

6.2.5 Governo Figueiredo

O governo Figueiredo viria a ser o último dos governos militares. Ao assumir, o Presidente Figueiredo reafirmou seu compromisso com a democracia. Para levar a cabo este projeto interno, Figueiredo tinha entre seus assessores diretos o próprio Golbery do Couto e Silva. Compromisso de tamanha monta no campo interno acabou por contaminar a política externa do novo governo.

Em linhas gerais, pode-se dizer que a diplomacia brasileira não sofreu grandes mudanças com a troca de governo. Pode-se entender que mais apropriado é referir-se à busca por novas formas para se manter a política externa anterior.

O pragmatismo anteriormente exercitado foi consolidado em forma de uma estratégia articulada e coerente. A nova política passou a ter como linha mestra o chamado “universalismo”. Este conceito traduzia a busca da política externa brasileira por adaptar-se a uma tendência crescente de globalização das relações entre os países.

Nesta nova fase, a Americana Latina e a Argentina em especial foram o foco inicial das atenções da diplomacia brasileira. Grandes esforços foram realizados pelo Brasil, no intuito de protagonizar a integração latino americana, tais como a criação da ALADI³⁰ e a entrada em vigor da Cooperação Amazônica.

O desafio mais concreto à diplomacia brasileira, no período considerado, foi a Guerra das Malvinas³¹. Em face de um conflito entre Argentina e Reino Unido, deflagrado no entorno próximo, o Brasil manteve a neutralidade. Complementando tal posicionamento, o Brasil empreendeu tentativas de conduzir os dois beligerantes a uma solução diplomática.

Tal postura brasileira teve como reflexo a reaproximação com a Argentina, na sequência do término do conflito. A aproximação aumentou após a saída dos militares argentinos do poder. A partir de então, as aspirações democráticas de ambos os países serviram de catalizador dessa aproximação. Houve a formação de uma consciência no sentido de que a melhor estratégia para enfrentar problemas comuns seria o abandono de antigas desavenças e a busca conjunta por alternativas de desenvolvimento.

Ainda no que se refere à Argentina, o cenário regional alterou-se com a perda de poder político e econômico do País. Tal alteração permitiu a mudança na dinâmica de relacionamento Brasil-Argentina, de forma que o processo de

³⁰ Associação Latino-Americana de Integração.

³¹ Conflito deflagrado em 1982, envolvendo Argentina e Reino Unido, pela posse das Ilhas Malvinas, ou Falklands.

colaboração estendeu-se do campo político, econômico e de infraestrutura, chegando ao campo da cooperação nas áreas da segurança e defesa.

Em relação à América Central, a diplomacia brasileira pautou-se pela discricção. Tomava-se por princípio que a solução para as questões políticas na região deveria partir dos próprios países envolvidos.

No que se refere à África, o governo brasileiro manteve a linha definida no período que o sucedera. O Brasil manifestou imediato reconhecimento às antigas colônias portuguesas recém-independentes. Desta forma, o Brasil reafirmou seu propósito de apoiar-se tanto quanto possível nos países que compõe seu cenário estratégico aproximado.

À luz do acima exposto, fica claro o caráter de universalização adotado pela política externa do Governo Figueiredo, como uma forma de continuar e aprimorar o legado recebido do período que o antecedeu.

6.2.6 Em resumo

Ao concluir o tópico dedicado à política externa dos governos militares, pode-se observar algumas características comuns que permearam todo o período, independente das modificações e ajustes realizados. Vale destacar três observações que merecem especial destaque: a primazia dos aspectos estratégicos nas ações diplomáticas; a busca pela inserção do Brasil nas relações de poder mundiais; e o ideal constantemente perseguido de fazer do Brasil uma potência mundial.

Levando em conta as características supracitadas, pode-se concluir que as mesmas estavam profundamente conectadas com as ideias defendidas pela Escola Geopolítica Brasileira. As ideias de Travassos, Meira Mattos e Golbery foram constantemente revisitadas na formulação das estratégias empregadas na diplomacia do período. Cumpre salientar que a influência de Golbery foi mais presente, haja vista ser ele o pensador geopolítico mais influente no período.

A grande questão a que se dedicaram os estrategistas brasileiros reside no dilema que o cenário internacional lhes impôs, qual seja, aceitar o papel que as grandes potências indicavam ao Brasil, como “o mais fraco entre os fortes”, ou buscar alternativas de desafiar a ordem vigente, buscando tornar-se uma potência mundial.

7. CONCLUSÃO

Em 1964, após o movimento democrático de 31 de março, o Brasil iniciou um período no qual cinco generais do Exército Brasileiro foram sucessivamente eleitos para o cargo de Presidente da República. Iniciava-se, então, o que viria a ser conhecido como período do Regime Militar, que se estendeu até 1985, quando João Baptista de Oliveira Figueiredo conduziu o processo de retorno do poder aos civis.

Foi um período no qual o pensamento geopolítico brasileiro teve grande influência, direta e indireta, nas estratégias adotadas pelo País. Questões relacionadas à soberania nacional, tais como: integridade e coesão territoriais, integração nacional, redução dos desequilíbrios regionais, ocupação da Amazônia e política externa do Brasil receberam a importância e o tratamento de assuntos de Estado.

A influência da Geopolítica, sobretudo da Escola Geopolítica Brasileira, na condução dos temas de Estado se fez sentir já nos primórdios do período. Cada um a seu modo, sob assessoramento de suas respectivas equipes de governo, os chamados presidentes militares procuraram traçar uma linha mestra de desenvolvimento.

Tal dinâmica trazia implícita uma ideia de transcendência, de forma que cada um dos presidentes dava continuidade a projetos iniciados por seus antecessores, ao mesmo tempo em que preparava o terreno para seu futuro sucessor. Esta supracitada linha de desenvolvimento estava baseada em argumentos teóricos, em muito alicerçados na Geopolítica.

À luz da afirmação acima, cabe esclarecer que os presidentes militares não apresentaram uma unidade de pensamento político, como seria de se supor. Ao contrário, os mandatários e suas respectivas equipes buscaram conduzir os destinos do Brasil sob uma ótica própria, cada um a seu tempo, segundo visões distintas de como atingir os objetivos nacionais.

Porém, ainda que houvesse diferenças na maneira de fazê-lo, é perceptível o alinhamento de objetivos, fruto da observância de certas premissas geopolíticas, às quais todos os governos do período demonstraram conhecer e respeitar. Tal atenção à Geopolítica permitiu o caráter de continuidade, caráter este apontado por muitos estudiosos como a principal base de sustentação para o grande avanço que o Brasil experimentou durante os vinte e um anos do Regime Militar, avanço este que até os dias atuais não se repetiu.

REFERÊNCIAS

CADERNO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS. Edição Nº 12, Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2013, ISSN 1808-947x

COSTA, Wanderlei Messias da, **A Geopolítica Brasileira e sua influência no Pensamento Estratégico Nacional.** Disponível em <https://journals.openedition.org/espacepolitique/4132>.

Departamento de Pesquisa e Pós-graduação (Exército). **Manual de Elaboração de Projetos de Pesquisa na ECEME.** Rio de Janeiro: ECEME, 2012.

DIAS, José de Nazaret Teixeira, **A Reforma Administrativa de 1967.** Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1969.

FREITAS, Jorge Manoel da Costa. **A Escola Geopolítica Brasileira.** Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 2004.

GONÇALVES, Williams da Silva e MIYAMOTO, Shiguenoli, **Os Militares na Política Externa Brasileira: 1964 – 1984.**

KISSINGER, Henry, tradução Cláudio Figueiredo, **Ordem Mundial.** Rio de Janeiro, Editora Objetiva, 2015.

MAFRA, José Machado de Oliveira, **Geopolítica – Introdução ao Estudo.** Rio de Janeiro, Editora Sicurezza, 2006.

MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica – Volume III.** Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 2011.

MIYAMOTO, Shiguenoli, **Os estudos geopolíticos no Brasil: uma contribuição para sua avaliação.** São Paulo, Editora Perspectivas, 1981

REVISTA DO CLUBE MILITAR. Edição Especial, Rio de Janeiro, 2004. ISSN 0101-6537.

SILVA, Golbery do Couto e. **Planejamento Estratégico**. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1955.

TRAVASSOS, Mário. **Projeção Continental do Brasil**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1938.

VIEIRA, Friederick Brum, **Matrizes Teóricas da Geopolítica Brasileira – as contribuições de Travassos, Golbery e Meira Mattos**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.